



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1



Processo nº: 19.543/13
Apenso nº: 040.000.818/13 (2 volumes)
Jurisdicionada: Administração Regional do Guará – RA X
Assunto: Tomada de Contas Anual – TCA
Órgão Técnico: Secretaria de Contas – SECONT
MP: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Advogado: Dr. Fernando Augusto Pinto (OAB/DF nº 13.421)
Sessão: Pauta nº 48, S.O. nº 4969, de 18.7.2017
Publicação: DODF nº 134, de 14.7.2017, pág. 20
Ementa: Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa, Agentes de Material e demais responsáveis da Administração Regional do Guará – RA X, referente ao exercício de 2012.

O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas.

NO TRIBUNAL, foi determinada a audiência dos responsáveis (Decisão nº 2.221/16-CPM). Apresentação de razões de justificativa.

PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução sugere a procedência parcial das respostas, a irregularidade das contas do ex-Administrador-Regional e do ex-Diretor de Administração Geral; a regularidade plena das contas dos demais responsáveis e determinação à jurisdição para instauração de Tomada de Contas Especial em face do subitem 4.13 do Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG I/CONAG/CONT/STC (ausência de comprovação do interesse público na contratação de banda).

O Ministério Público diverge quanto ao julgamento das justificativas que no seu entender devem ser consideradas improcedentes e, em acréscimo, aponta outros 3 (três) subitens que necessitam ser apurados em sede de tomada de contas especial.

VOTO de acordo, em parte, com os Pareceres: procedência parcial das justificativas; julgamento das contas anuais como regulares, regulares com ressalva e

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

irregulares, sem imputação de débito, com ajustes no rol de impropriedades; aplicação de multa aos responsáveis; determinação à Administração Regional para instauração de Tomadas de Contas Especiais e adoção de medidas para o ressarcimento de valores recebidos indevidamente. Lavratura de acórdãos.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa, Agentes de Material e demais responsáveis da Administração Regional do Guará – RA X, referente ao exercício de 2012.

2. Os responsáveis pelas contas em exame estão listados a seguir:

a) Ordenadores de Despesa

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO
Carlos Nogueira da Costa	Administrador Regional	1º.1 a 30.12.2012
Geovane de Freitas Oliveira	Administrador Regional Substituto	31.12.2012
João Carlos Alves Oliveira	Diretor de Administração Geral	1º.1 a 7.2.2012 18.2 a 9.12.2012 30.12 a 31.12.2012
Michelle Fonseca Nunes Ferreira Alves	Diretora de Administração Geral Substituta	8.2 a 17.2.2012 10.12 a 29.12.2012

Fonte: fls. 16/17 do processo nº 040.000.818/13.

b) Agentes de Material e Patrimônio

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO
Arnaldo Magalhães dos Santos	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio	1º.1 a 5.8.2012 21.8 a 30.9.2012 16.10 a 31.12.2012
João Carlos Alves Oliveira	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio Substituto	6.8 a 20.8.2012 1º.10 a 15.10.2012

Fonte: fl. 18 do processo nº 040.000.818/13.

3. O valor envolvido nestas contas é de R\$ 33.278.956,14, consoante registro do ativo no Balanço Patrimonial visto à fl. 129 do Processo nº 040.000.818/13.

4. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 62/2015-COMITÊ/SUBCI/CGDF (fl. 401 do Processo nº 040.000.818/13).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: _____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

5. O Tribunal, na Sessão realizada em 5.5.2016, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 2.221/16 (fls. 74/75), com o seguinte teor:

DECISÃO Nº 2.221/16 (CPM)

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da tomada de contas anual dos Ordenadores de Despesa, Agentes de Material e demais responsáveis da Administração Regional do Guará – RA X, referente ao exercício de 2012, objeto do Processo nº 040.000.818/13; II – autorizar: a) a audiência, com fulcro no art. 13, inc. III da Lei Complementar nº 1/94, dos responsáveis nominados no § 8.5 da Informação nº 364/2015 – SECONT/3ª DICON, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativas, ante a possibilidade do julgamento irregular de suas contas, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “b”, quanto às seguintes impropriedades: a.1) apuradas no Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF: i) subitem 1.2 – contratações priorizando a realização de shows e execução de estruturas para eventos; ii) subitem 2.3 – irregularidades observadas em inspeções iii) subitem 3.1 – recebimento indevido de indenização de transporte; iv) subitem 4.1 – custos unitários da obra não estão fundamentados na tabela Sinapi; v) subitem 4.2 – ausência de projeto e/ou anotação de responsabilidade técnica; vi) subitem 4.3 – irregularidades na composição do BDI; vii) subitem 4.5 – projeto básico inconsistente para a contratação de obras e prestação de serviços; viii) subitem 4.6 – ausência de parecer jurídico da assessoria técnica da unidade; ix) subitem 4.7 – fracionamento de despesa para justificar a licitação na modalidade carta convite; x) subitem 4.9 – da contratação conjunta dos serviços artísticos e dos demais serviços de apoio; xi) subitem 4.10 – ausência de critérios objetivos para a escolha de artistas a serem contratados; xii) subitem 4.11 – inconsistência na comprovação da exclusividade de representação dos artistas; xiii) subitem 4.13 – ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas; xiv) subitem 4.14 – irregularidades no relatório do executor sobre a realização/execução do serviço contratado; xv) subitem 4.16 – impropriedades no controle de permissionários; xvi) subitem 5.1 – ausência de contabilização de receita a receber por uso de área pública. a.2) indicadas no Relatório de Auditoria nº 12/2014-DIRAG I/CONAG/CONT/STC: i) subitem 2.2 – materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade. b) a juntada de cópia do Relatório de Auditoria nº 15/2015 - DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF: b.1) ao Processo nº 10.703/12, relativo às contas anuais da jurisdição referentes ao exercício de 2011, para que sejam sopesados os fatos apontados no subitem 3.1 do relatório; b.2) ao Processo nº 25.696/14, relativo às contas anuais da jurisdição referentes ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

exercício de 2013, para que sejam sopesados os fatos apontados nos subitens 2.2 e 3.1 do relatório. Parcialmente vencida a Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que votou pelo acolhimento apenas da instrução.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCD/Procuradora MÁRCIA FARIAS. Ausente o Conselheiro PAULO TADEU.” (grifei)

6. Devidamente comunicados, os Srs. Carlos Nogueira da Costa e João Carlos Alves Oliveira apresentaram, conjuntamente, as razões de justificativa de fls. 88/119.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

7. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 296/2016 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 124/162), de 12.12.2016, analisa a matéria, nos termos seguintes:

“II – EXAME DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

Razões de Justificativa apresentadas, em conjunto, pelos Srs. Carlos Nogueira da Costa e João Carlos Alves de Oliveira, às fls. 88/119.

Argumentos relativos ao Subitem 2.2 – Materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade, do Relatório de Auditoria nº 12/2014 – DIRAG I/CONAG/CONT/STC³ (fls. 90/96).

Síntese (fls. 05/10): em suma, foi constatado, em rol de 05 processos⁴, referente a obras, mediante vistoria, a execução de serviços em quantitativos inferiores e a não execução de serviços previstos nas planilhas orçamentárias. Em geral, as obras foram executadas no exercício de 2012. Há indícios de possíveis prejuízos ao erário.

7. Afirmaram que nos exercícios de 2011 e 2012, a Jurisdicionada executou diversas obras, sendo todas voltadas diretamente à população e realizadas, desde a fase interna, nos moldes das disposições legais vigentes, com o devido acompanhamento e fiscalização até o recebimento definitivo. Assim sendo, alguns dos

³ Cópias às fls. 04/10.

⁴ Processos nºs. 137.001.022/2011, 137.001.038/2011, 137.000.993/2011, 137.000.588/2011 e 137.000.665/2011.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: _____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

itens não localizados pela Auditoria não decorreram de falhas na execução, mas sim de condutas ilícitas, como furtos, vandalismos, destruição da coisa pública e de ação do tempo e variação climática, não podendo o gestor ser responsabilizado por isso. Aduziram que algumas das obras e serviços mencionados foram iniciados em 2011 e concluídos em 2012, tendo o lapso temporal extenso consolidado os atos de vandalismo nos bens (fls. 90/91).

8. À fl. 91, exemplificaram no Processo nº 137.000.588/2011 que a contratada, por meio de documento formal, relatou dano à mesa de ping-pong antes da entrega definitiva da obra. Complementaram que o Corpo Técnico na Matriz de Responsabilização entendeu procedente a alegação de vandalismo, mas tão somente para o item “lixeira”.

9. Às fls. 91/96, resumiram as impropriedades contidas em cada processo e teceram suas justificativas, nos moldes a seguir:

Processo nº 137.001.022/2011 (fls. 91/92):

- objeto contratado: implantação de alambrado;
- impropriedades apontadas: divergência de quantitativo e não localização do projeto de distribuição dos serviços.

Afirmaram que as obras, realizadas na QE 23 e no Setor Habitacional Lúcio Costa, foram executadas em três etapas, conforme o relatório de execução da obra anexado ao processo, totalizando a instalação de 1.045 metros lineares de alambrado, 15 metros a mais que o contratado. Porém, apenas um dos locais foi visitado, por isso a divergência apontada pela auditoria. Aduziram que no projeto básico havia um caderno de especificações e encargos que constavam os moldes de execução e os materiais usados.

Por fim, argumentaram que a observação relativa à falta do item “03 (três) fios equidistantes de arame farpado” não se refere ao processo em questão, porquanto o caderno de especificações não registra tal artigo.

Processo nº 137.001.038/2011 (fl. 93):

- objeto contratado: construção de rampas de acessibilidade;
- impropriedade apontada: não localização do projeto de distribuição dos serviços.

Destacaram que há no processo a relação das rampas de acessibilidade instaladas, assim como as plantas e o Projeto Básico, sendo que houve a efetiva construção e que os objetos são de fácil constatação. Aduziram que o contrato totalizou a execução de 133 obras que possibilitaram a melhoria da qualidade de vida da população.

Processo nº 137.000.993/2011 (fls. 93/94):

- objeto contratado: instalação de Academia da Terceira Idade e Academia para Especiais (QR 20);
- impropriedades apontadas: divergência no quantitativo de placas cimentadas, bancos e lixeiras.

Ressaltaram ser evidente a ocorrência de erro nos cálculos por parte da auditoria, no que se refere ao item “piso podotátil”, pois a área necessária para a instalação da Academia da Terceira Idade (180,54 m²) foi efetivamente construída, caso contrário, inviabilizaria a colocação dos equipamentos. Assim, a aquisição de 210 m² de piso seria compatível, dado o desenho em diagonal do local e levando-se em consideração o percentual de perda.

Quanto às lixeiras, destacaram que, na Matriz de Responsabilização, houve reconhecimento de depredação. No que se refere aos bancos de concreto, afirmaram que foram adquiridas 8 unidades, sendo que o projeto inicial era aquisição de 6, mas que na execução da obra, 2 foram danificados, sendo, assim, mantido, exatamente, o projeto inicial com os 6 bancos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: _____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

Processo nº 137.000.588/2011 (fls. 95/96):

- objeto contratado: urbanização e jardinagem da praça pública em frente ao Conjunto M da QE 40;
- impropriedades apontadas: divergência no quantitativo de grama e não localização do projeto de distribuição dos serviços.

Explicaram que, no plano básico, foi utilizada a terminologia genérica de “meio-fio”, sendo que a nomenclatura foi utilizada em sentido lato, abrangendo os meios-fios propriamente ditos (limitadores físicos das plataformas das vias), e as guias (dispositivos com função de limitar a área da plataforma dos terrenos marginais, como por exemplo, canteiros, parques e caixas de areia). Assim, as medições utilizadas não transpareceram a realidade, pois apenas levaram em consideração a definição exata de meio-fio, desconsiderando as demais marcações.

Quanto aos passeios, afirmaram que foram construídos novos e refeitos os antigos, totalizando o montante contratado, conforme registro fotográfico, anexado nas contas de 2011, no qual, também, é possível localizar a mureta construída. No que concerne à falta de pintura recente de PVA, seria devido à ação de variações climáticas e ao lapso temporal entre a pintura e a feitura da auditoria. Em relação à mesa de ping-pong, ratificaram a ocorrência de depredação antes mesmo da entrega da obra.

Processo nº 137.000.665/2011 (fls. 96):

- objeto contratado: implantação de gramado em diversos locais;
- impropriedade apontada: não localização do projeto de distribuição dos serviços.

Afirmaram que todos os documentos referentes à contratação e execução, tais como projeto básico e relatório de execução, em 3 fases, encontram-se no processo, sendo que os gramados, conforme o atesto de entrega definitiva, em sua totalidade foram plantados.

10. **Análise**: inicialmente, destaque-se parte da análise efetuada pelo Controle Interno quanto a esta falha (fl. 10):

“Importante dizer que a equipe de auditoria, quando fiscalizou as obras, sempre esteve atenta às perdas por vandalismo, aos fatores climáticos e até mesmo à degradação natural pelo tempo dos serviços executados, sempre prezando pela razoabilidade em sua aferição.”

11. A equipe de auditoria agiu com o zelo necessário e ponderou todas as afirmações, logo, as justificativas de que todas as obras teriam sofrido ação do tempo e vandalismo, não devem prosperar.

12. Quanto aos Processos nºs. 137.001.038/2011 e 137.000.665/2011, a execução total foi efetuada no exercício de 2011, não afetando o julgamento destas contas. Já os Processos nºs. 137.001.022/2011, 137.000.993/2011 e 137.000.588/2011, tiveram execução total ou parcial no exercício desta TCA.

13. A Informação nº 364/2015 – SECONT/3ª Divisão de Contas, fls. 46/56, efetuou a análise das irregularidades contidas nos autos em comento, nestes termos (fls. 52/54):

Processo nº 137.001.022/2011 – Implantação de alambrado na região do Guará:

Foram acostadas plantas de situação (fls. 885/886*), de onde identificamos o perímetro de alambrado de cerca de apenas 330m e Planilha Orçamentária (fl. 872*), da qual podemos extrair os custos unitários dos itens.

Verificamos que não havia previsão de 03 fios equidistantes de arame



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: _____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

farpado no alambrado, consoante Caderno de Especificações e Encargos (fls. 862/871*).

O CI identificou no local a execução de apenas 754m de alambrado (do total de 1.030m previstos e pagos), restando pendente 276m (custo unitário de R\$ 123,51), que corresponde a um possível prejuízo de **R\$ 34.088,76**. Ademais, verificamos que a obra foi executada no exercício de 2012, conforme documentos de fls. 883*, 884* e 888*.

Processo nº 137.000.993/2011 – Implantação de Academia da Terceira Idade e Academia para Especiais na QR 20 do Guará I:

Foram acostados planta de situação (fl. 838*), de onde podemos observar a previsão de 04 bancos, Caderno de Especificações e Encargos (fls. 839/851*); e Planilha Orçamentária (fls. 852/853*), da qual podemos extrair os custos unitários dos itens.

Quanto ao item 6.1.01 – fornecimento de lixeira, podemos aceitar que as lixeiras são passíveis de remoção por vandalismo, tendo em conta que a obra foi concluída em 2012 e a vistoria do CI foi realizada em 26.07.13 (fl. 921-v*).

No entanto, em relação aos demais itens relacionados abaixo, entendemos que foram incorporados à obra e sua remoção deveria ser registrada pela RA para fins de manutenção e comprovação.

O CI verificou a execução de apenas 04 bancos de concreto (do total de 08 bancos previstos e pagos), item 6.1.02, restando pendente 04 bancos, que corresponde a um possível prejuízo de R\$ 800,72 (custo unitário de R\$ 200,18); quanto ao item 5.1.02 – piso podotátil 40x40cm, o CI verificou apenas 55m lineares, ou seja, $0,4 \times 0,4 \times 55 = 8,8 \text{ m}^2$ de piso (do total de 210 m^2 previstos e pagos), restando pendente $201,20 \text{ m}^2$ (custo unitário de R\$ 68,92), que corresponde a um possível prejuízo de R\$ 13.866,70. Somados os possíveis prejuízos dos aludidos itens totalizam **R\$ 14.667,42**. Ademais, verificamos que a obra foi executada no exercício de 2012, conforme documentos de fls. 854* e 855*.

Processo nº 137.000.588/2011 – Urbanização e ajardinamento de praça pública em frente ao Conj. M QE 40 do Guará:

Foram acostados Caderno de Especificações e Encargos Gerais (fls. 592/607*); e Planilha Orçamentária (fls. 608/609*), da qual podemos extrair os custos unitários dos itens.

No que tange à pintura PVA da mureta, item 3.20, o CI corretamente apontou que como não localizou a mureta a ser executada, logo, não faria sentido o pagamento da pintura PVA da mureta.

Quanto aos itens 4.1 – plantio de grama e 4.2 – plantio de mudas, pensamos que durante o lapso temporal entre o término da obra e a vistoria do CI poderiam ter ocorrido degradações da vegetação. Então, entendemos razoável excluirmos esse item do possível dano.

Em relação à mesa de pingue-pongue, foi acostado documento, de 08.03.12, à fl. 559*, anterior à vistoria do CI, informando que a mesa foi entregue, a qual entendemos ser razoável aceitar.

No entanto, no que concerne aos demais itens, o CI identificou execução a menor do que o previsto, no item 3.7, fornecimento de apenas 110m de meio fio (do total de 300m previstos e pagos), restando pendente 190m (custo unitário de R\$ 18,09), que corresponde a um possível prejuízo de **R\$ 3.437,10**; no item 3.8 – assentamento de meio fio, execução de apenas 110m de meio fio, restando pendente 190m (custo unitário de R\$ 13,93), que corresponde a um possível prejuízo de **R\$ 2.646,70**; no item 3.11 – execução de passeios, construção de somente 290 m^2 de passeio (do total de 600 m^2 previstos e pagos), restando pendente 310 m^2 (custo unitário de R\$ 32,71), que corresponde a um possível prejuízo de **R\$ 10.140,10**; no item 3.12 – fornecimento e instalação de alambrado, execução de somente 40 m^2 de alambrado (do total de 80 m^2 previstos e pagos), restando pendente 40 m^2 (custo unitário de R\$ 174,40), que corresponde a um possível prejuízo de **R\$ 6.976,00**; no item 3.19 – mureta de alvenaria, o CI não encontrou mureta, restando pendente o valor total do item, que corresponde a um possível prejuízo de **R\$ 3.220,25**; no item 3.20 – pintura



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: _____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

*em mureta com tinta PVA, como o CI não encontrou mureta, restou pendente o valor total do item, que corresponde a um possível prejuízo de **R\$ 2.438,36**. Somados os possíveis prejuízos dos aludidos itens **totalizam R\$ 28.858,51**;*

Ademais, verificamos que a obra foi executada nos exercícios de 2011 (cerca de 50% da obra, conforme documento de fl. 590) e 2012, conforme documentos de fls. 571*, 581/588* e 590*.*

7.5.3. Portanto, no exercício de 2012, pensamos que os possíveis prejuízos ao erário de R\$ 34.088,76, R\$ 14.667,42 e R\$ 28.858,51 (parcialmente executada no exercício de 2012), respectivamente, no âmbito dos Processos nos 137.001.022/2011, 137.000.993/2011 e 137.000.588/2011, podem ensejar a irregularidade das contas dos Senhores Carlos Nogueira da Costa (Administrador Regional) e João Carlos Alves Oliveira (Diretor da Diretoria de Administração Geral).

14. Quanto à argumentação tecida para o Processo nº 137.001.022/2011, as afirmações não merecem prosperar, conforme as análises efetuadas pelo Corpo Técnico e pelo CI. A obra inteira foi vistoriada e o cotejamento da execução com o previsto não confirmou as alegações dos justificantes que, ademais, não acostaram qualquer documentação comprobatória aos autos. Não obstante, mais da metade da obra foi executada no exercício de 2012 e, principalmente, seu recebimento foi neste exercício, afetando estas contas.

15. Referente ao Processo nº 137.000.993/2011, totalmente executado em 2012, somente as lixeiras foram consideradas plausíveis de depredação dada sua natureza e seu uso típico. Quanto aos bancos de concreto, apenas 04 unidades foram instaladas, porém, foram pagas 08, o total inicialmente previsto. A RA não procedeu a qualquer glosa dos valores e nem reportou no processo qualquer defeito nos objetos, logo, os argumentos agora trazidos carecem de comprovação.

16. Quanto a esse processo, evidencie-se que, em face do ano de autuação (2011), foi objeto de audiência no Processo nº 10.703/2012, referente à TCA de 2011 da Jurisdicionada, tendo sido as justificativas rejeitadas e as contas julgadas irregulares, consoante Decisão nº 781/2017⁵, que ainda determinou a instauração de TCE para apuração dos fatos.

17. No que tange ao piso podotátil, na mesma linha, ocorreu pagamento integral pelo serviço, restando pendente grande quantidade de metragem, caracterizando falta de planejamento. O

⁵ O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas às fls. 70/97, pelos Srs. Carlos Nogueira da Costa e João Carlos Alves Oliveira, para, no mérito, considerá-las improcedentes; (...) III – julgar IRREGULARES, com base no art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas relativas ao exercício financeiro de 2011 dos Srs. Carlos Nogueira da Costa e João Carlos Alves Oliveira, em face das seguintes impropriedades verificadas no Relatório de Auditoria nº 12/2014 – DIRAD I/CONAG/CONT-STC (Processo nº 040.000.754/2012): **subitens 2.2 - materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela unidade**; (...); VI – determinar à Administração Regional do Guará – RA X a instauração de tomada de contas especial para apurar os fatos relacionados às irregularidades do subitem 2.2 do Relatório de Auditoria n.º 12/2014 – DIRAD I/CONAG/CONT-STC (Processo n.º 040.000.754/2012); (...) (grifos nossos).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

Corpo Técnico, nos termos da Informação nº 267/2016 – SECONT/3ªDICONT⁶, procedeu à análise da matéria, com a qual comungamos:

22. planilha orçamentária, quanto ao item 5 – Pavimentação (fl. 852), especifica que 565 m² de concreto seriam utilizados para a pavimentação total da área da academia. Além disso, seria utilizado também o piso podotátil direcional ou de alerta, constituído por blocos de 40X40 cm para sinalização de acessibilidade e segurança.*

23. Muito embora não esteja detalhado no caderno de especificações e encargos gerais, é de se esperar, assim como bem afirmam os justificantes, que as placas sigam uma linearidade no espaço em questão.

24. O CI alega ter encontrado apenas 55 metros lineares de placas.

25. Ocorre que os 55 metros foram utilizados no cálculo para a área aplicada (55x0,4x0,4, totalizando 8,8 m²). A correta aferição seria pela multiplicação da área de cada placa pela quantidade aplicada. Os 55 metros lineares equivalem a 137,5 placas (55 ÷ 0,4). Por sua vez, 137,5 x 0,16 (área de cada placa: 0,4 x 0,4 m) totaliza 22 m². Essa foi a área total encontrada pelo CI.

26. As medidas informadas pelos justificantes são aquelas do perímetro de uma parte da academia. No entanto, ainda que fosse feita a aplicação dessas placas em todo o perímetro da planta acostada à fl. 838, não seriam necessários mais de 150 metros lineares de placas direcionais, o que equivale a aproximadamente 60 m² (375 placas x 0,16 m²). Para uma análise mais simples, basta observar que a planilha orçamentária reserva, do total de 500 m² de área aproximada, 210 m² só de placas de alerta, o que equivale a mais de 40% da área total do projeto. Não faz sentido, tampouco foi apresentada justificativa plausível para a utilização de tantas placas direcionais.*

27. Os argumentos são frágeis, além de alarmante o fato de o projeto ter sido aprovado com excessos como esse. Ainda que considerado o percentual de perda na aplicação, foram adquiridos aproximadamente 188 m² de placa não utilizadas (210 – 22 m²).

18. No que concerne ao Processo nº 137.000.588/2011, as justificativas, também, não merecem prosperar. Além da carência comprobatória das afirmações, a utilização da nomenclatura meio-fio de forma genérica é errônea, pois deveriam ter sido especificados os tipos a serem utilizados. Não obstante, há

⁶ E-DOC 2BAAF972



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

execuções incompletas e, no caso da mureta, inexistentes.

19. Assim sendo, levando-se em conta que as obras referentes aos processos analisados foram executadas parcial ou totalmente no exercício de 2012, somando-se ao fato de os argumentos não possuírem o condão de afastar as falhas, a irregularidade permanece.

Argumentos relativos ao Subitem 1.2 – Contratações priorizando a realização de shows e execução de estruturas para eventos, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fl. 97).

Síntese (fls. 376/376-v): foi identificado que a Jurisdicionada utilizou mais de 28% do orçamento com eventos ou com as respectivas estruturas para a organização, mesmo mediante a carência da RA por pequenas obras e serviços. Ademais, houve pouco impacto social e escassa presença da comunidade em alguns dos eventos.*

20. Explicitaram que a falha consiste no fato de que, em 3 eventos contratados, não houve impacto satisfatório na sociedade, contando com número reduzido de pessoas. Assim, justificaram que a alocação dos recursos é um ato discricionário do gestor, que levou em conta a conveniência e a oportunidade para a realização do evento, e que o número de participantes é argumento frágil que não desabona a atuação do gestor. Por fim, afirmaram que os eventos foram feitos com lisura e esmero.

21. **Análise:** pelo viés da Ciência Econômica, dentre as funções básicas⁷ que o Estado possui, está a alocativa. A alocação de recursos tem como objetivo principal o oferecimento de bens e serviços à população, levando em conta a limitação dos recursos e a busca ao atendimento das necessidades locais. Assim, é importante que o ato de gestão seja eficiente para o melhor atendimento possível ao interesse público.

22. No âmbito das RA's, os Administradores Regionais e os Diretores de Administração Geral (funções ocupadas pelos ora justificantes, à época) são ordenadores de despesa, determinadores da alocação dos recursos, isto é, possuem a competência para realização de empenho, autorização de pagamentos e dispêndios, dentro de suas atribuições funcionais. Nessa seara, há a discricionariedade administrativa, na qual, dentro dos limites legais, levando-se em conta a conveniência e a oportunidade da ação, o gestor possui maior liberdade de escolha.

23. Assim sendo, é de se observar que este subitem trata de conteúdo que adentra no mérito da decisão administrativa. Logo, não possui o condão de influenciar no julgamento destas contas, pois, caso contrário, haveria invasão do campo de atuação

⁷ A Ciência Econômica destaca três funções básicas dos Estado, que possuem a função de minimizar as desigualdades, consequentemente, maximizando os resultados para a sociedade, quais sejam: a distributiva, a estabilizadora e a alocativa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: _____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

concedido pela lei à Administração Pública para decidir baseada no critério de conveniência e oportunidade.

Argumentos relativos ao Subitem 2.3 – Irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela Unidade, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 97/104).

Síntese (fls. 378/379*): o Controle Interno (CI) verificou, por meio de vistorias nas obras, irregularidades no rol de processos a seguir descritos:

Processo nº 137.001.078/2011 – Recuperação e revitalização de gramado de futebol na AE QE 23 – CAVE:

- o campo de futebol, com recebimento provisório em 09.05.2012, encontra-se abandonado, com buracos e mato alto. Ademais, não foi constatado planejamento para manutenção do gramado.

Processo nº 137.000.211/2012 – Reforma do Estacionamento da Rua 21 – Polo de Modas do Guará:

- obra com execução e conclusão atrasadas (previsão inicial para entrega em 19.10.2012), sem processo aditivo para prorrogação de prazo ou qualquer justificativa sobre a delonga.

Processo nº 137.000.350/2012 – Instalação de meios-fios no Guará:

- não foram identificados os locais exatos da aplicação dos meios-fios, pois não constava no projeto básico, não havia projetos técnicos e inexistia precisão na indicação dos locais nos relatórios do executor do contrato. Em vistoria, acompanhado do executor do contrato, o CI identificou apenas 1.700m de meios-fios, do total de 2.000m previstos e pagos. O aludido serviço, constante no item 4.3 da planilha orçamentária, com valor unitário de R\$ 13,93, era previsto com execução de “escoramento com bola de concreto Fck 18 Mpa”. Todavia, os 1.700m observados eram do tipo cordão, que não apresentavam esse escoramento. Foi verificado em outro processo que a planilha orçamentária apresentava, no item 4.11 – assentamento de meios-fios tipo cordão (sem bola de concreto), valor unitário de R\$ 9,58.

Processo nº 137.000.626/2012 – Cobertura de Haltpipe do Guará (pista de skate):

- foi verificado que houve substituições de materiais da obra com características inferiores sem a correspondente glosa dos valores, tais como: madeira compensado naval de 18mm pelo compensado naval de 10mm; e chapa de MDF de 15mm pela chapa de MDF de 9mm.

Processo nº 137.001.656/2012 – Implantação de playground no Guará:

- não há no processo os projetos arquitetônicos com a localização e os quantitativos de execução dos passeios de concreto com 5 cm de espessura. Em vistoria, somente foram identificados 100m² de execução de passeios de concreto com 5 cm de espessura do total de 430m² previstos e pagos (consoante item 5.3 da planilha orçamentária). Não foi constatada a execução do item 6.1.3 – pintura acrílica sobre cimento, com 120m², e não foi verificado o número de lixeiras previstos no item 7.2 – instalação de lixeira tipo coleta seletiva. Ademais, não foram localizados 04 playgrounds, previstos no item 8 da planilha orçamentária, mesmo com a indicação dos possíveis locais de instalação pela executora do contrato.

24. À fl. 97, afirmaram que as irregularidades elencadas foram constatadas em razão das datas das vistorias do CI (em 23.10.2012, 05.11.2012, 24.05.2013 e 07.06.2013), com lapso temporal extenso em relação ao fim das execuções, não significando, desse modo, má execução, mas sim ocorrência de fatos supervenientes que alteraram a realidade. Aduziram que a Matriz de Responsabilização, à fl. 27, afastou as irregularidades descritas nos Processos nºs. 137.000.078/2011 e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: _____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

137.000.211/2012. Às fls. 98/104, trouxeram justificativas específicas para cada processo apontado no subitem, nos moldes a seguir:

Processo nº 137.000.078/2011 (fl. 98):

- objeto contratado: recuperação e revitalização de gramado de futebol na AE QE 23 – CAVE;
- impropriedade apontada: falta de manutenção.

A priori, afirmaram que o objeto contratado foi executado e a apontada ausência de manutenção ratifica a realização. Ademais, aduziram que o objeto não englobava a manutenção periódica do gramado. Assim, a falha não teria o condão de impactar as contas de 2012, sendo esta a conclusão da Matriz de Responsabilização à fl. 27.

Processo nº 137.000.211/2012 (fls. 98/99):

- objeto contratado: reforma de estacionamento na Rua 21;
- impropriedade apontada: atraso na execução da obra.

Destacaram que a obra se refere a “contrato de escopo”, o qual, parte da doutrina, aduz que se extingue pela conclusão de seu objeto e não por mero esgotamento do prazo nele estipulado, logo, subsistiria enquanto não concluído o contratado, sendo desnecessária a prorrogação formal do contrato.

Ressaltaram que o Corpo Técnico, à fl. 27, afirmou que a falha não foi adequadamente caracterizada pelo CI, pois não houve registro da data da vistoria, o que impossibilitou a correta conclusão da ocorrência ou não de atraso, não possuindo a falha o condão de impactar as contas.

Processo nº 137.000.350/2012 (fls. 99/100):

- objeto contratado: instalação de meios-fios no Guará;
- impropriedade apontada: não localização do projeto de distribuição dos serviços.

Salientaram que o projeto básico e o relatório de execução da obra encontram-se anexados ao processo, havendo, também, informações no site da RA que possibilitaram o controle social da obra.

Aduziram que o termo meio-fio foi utilizado de forma genérica, incluindo o meio-fio propriamente dito e as guias (dispositivos com função de limitar a área da plataforma dos terrenos decimais), tendo sido os serviços executados no Lúcio Costa, em algumas QE's do Guará Park, na Vila Iapi e no Setor de Oficinas. Destacaram que as metragens utilizadas foram exatas, correspondendo à totalidade contratada e ao valor pago, que estaria de acordo ao praticado no mercado. Por fim, afirmaram que todos os escoramentos com bola de concreto Fck 18 Mpa foram realizados.

Processo nº 137.000.626/2012 (fls. 100/102):

- objeto contratado: cobertura de Halpipe do Guará (pista de skate);
- impropriedade apontada: alteração do projeto.

Destacaram que se tratou de alteração contratual de natureza qualitativa e quantitativa sem alteração do objeto ou do custo final. Citaram doutrinadores, a Lei de Licitações e o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, para concluir que in casu não houve irregularidade, sendo caso específico de alteração contratual, que segue todos os requisitos legais e jurisprudenciais.

Processo nº 137.001.656/2012 (fls. 102/104):

- objeto contratado: implantação de playground no Guará;
- impropriedade apontada: não localização do projeto de distribuição dos serviços.

Afirmaram que constam nos autos, com informação fornecida pela



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

contratada, a localização dos parques, qual seja: QI 8, QI 02, Colônia Agrícola (Setor Quaresmeira) e QE 46. Destacaram que todos os parques foram construídos em consonância com o disposto no certame e que seus tamanhos estavam coerentes com o espaço disponível para instalação, tendo sido executados em sua totalidade e sem desvios ou danos ao erário. Ressaltou que, em 21.07.2015, foi publicado no sítio eletrônico da Jurisdicionada a revitalização de espaços de lazer a custo zero, o que incluiu os parques da QI 2 e QI 8. Mencionaram que os outros parques, ainda que não estejam destacados, foram objeto de revitalização, bastando pesquisar na internet referência a eles. Por fim, citaram reportagem a veículo midiático que pontuou a ação dos vândalos no patrimônio público.

25. Análise: *a priori, destaque-se que os referidos processos também foram elencados nas falhas contidas nos subitens 4.2 e 4.5⁸. Para melhor compreensão, a análise será efetuada por processo:*

I. Processo nº 137.001.078/2011 – quanto à falha, em face da verificação efetuada pela equipe de auditoria ter sido efetuada posteriormente ao recebimento, mesmo que provisório, a constatação da má execução dos serviços fica prejudicada, ainda se levando em consideração que, em regra, o planejamento da obra não leva em conta sua manutenção, assim como justificado. Apenas a título de destaque, pontue-se que, nos moldes do aduzido pelos justificantes, argumentar a ausência de manutenção para corroborar a realização da obra, é insuficiente e demonstra inexistência de meios eficazes de comprovação da efetiva feitura;

II. Processo nº 137.000.211/2012 - como destacado na Matriz de Responsabilização à fl. 27, a falha não foi caracterizada de maneira satisfatória pelo Controle Interno, o que prejudica a análise. Mesmo afastada a falha neste processo, resta a análise das justificativas trazidas. Aduziram que a obra seria referente a “contrato de escopo”, inexistindo a necessidade de prorrogação de prazo enquanto não concluído o objeto contratado. Ocorre que nesse tipo contratual, o entendimento que prevalece⁹, dadas as formalidades características do

⁸ Ausência de projeto e/ou anotação de responsabilidade técnica (fls. 381/382*) e Projeto básico inconsistente para a contratação de obras e prestação de serviços (fls. 384/385*), respectivamente.

⁹ É o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU:

TCU, Acórdão nº 3863/2011 - Segunda câmara, Rel. Min. José Jorge - ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: (...) 9.8.3. não celebre termo aditivo a contrato cujo prazo de vigência tenha expirado, por ausência de previsão legal, observando-se o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

TCU, Acórdão nº 738/2006 – Plenário, Rel. Min. Marcos Bemquerer - ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: (...) 9.3.2. não efetue pagamentos sem cobertura contratual, por caracterizar contrato verbal, expressamente vedado pelo art. 60, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993;”

TCU, Acórdão nº 740/2004 - Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar - ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em: (...) 9.3.14 celebrar o correspondente termo aditivo previamente à expiração do prazo contratual, de modo a evitar a execução de serviços sem cobertura contratual, nos termos do art. 60, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

contrato administrativo, é que o prazo de vigência e seu termo aditivo são formalidades essenciais, caso contrário, seria o caso de um contrato verbal, vedado pelo art. 60 da Lei de Licitações;

III. Processo nº 137.000.350/2012 – a justificativa de uso de termo genérico para meio-fio não deve prosperar, afinal, caso fosse usado modelo diferente do convencional, deveria ter sido descrito no projeto básico, o que não ocorreu. Não obstante, não há especificação da obra nos autos, prejudicando a fiscalização da execução e em desacordo com o § 2º do art. 40 c/c inciso IX do art. 6º da Lei de Licitações. Ademais, foi constatada a execução a menor de 300 metros e o pagamento com custos superiores aos serviços efetuados. Logo, não há argumentos e nem conteúdo probatório que elidam as irregularidades;

IV. Processo nº 137.000.626/2012 – os justificantes aduziram que houve contratação de natureza qualitativa e quantitativa sem a alteração do objeto ou custo final. Tal argumento não deve prosperar, pois foi comprovada a realização da substituição de materiais com especificações inferiores, mais baratos que o previsto e tendo sido pago o valor referente ao mais caro, não ocorrendo a correspondente glosa de valores. Conforme fl. 378-v, o CI efetuou comparação de preços na qual um dos materiais substituídos representava cerca de metade do valor previsto. Destarte, a irregularidade permanece;*

V. Processo nº 137.001.656/2012 – além da ausência de especificação da obra nos autos, prejudicando a fiscalização da execução e em desacordo com o § 2º do art. 40 c/c inciso IX do art. 6º da Lei de Licitações, foi constatada a execução a menor de 330 m² de passeios de concreto e, ainda, o pagamento por serviços não executados. Por fim, os justificantes apenas relataram que as obras ocorreram e os locais, mas não anexaram aos autos qualquer documento que comprovasse as afirmações. Assim sendo, remanesce a irregularidade.

26. Como se observa, nos Processos nºs. 137.000.178/2011 e 137.000.211/2012, as falhas não podem ser caracterizadas como graves o suficiente para macular a gestão, porém, nos demais processos do rol, as justificativas trazidas não foram satisfatórias para afastar a responsabilização dos agentes, permanecendo as irregularidades.

Argumentos relativos ao Subitem 3.1 – Recebimento indevido de indenização de transporte, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 104/105).

Síntese (fls. 379/380): foi constatado, mediante exame das pastas funcionais, que servidores estavam recebendo indenização de transporte nos exercícios de 2011,*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

2012 e 2013, em desacordo com os artigos 1º e 2º do Decreto nº 13.447/1991, que regulamenta a indenização de transporte. Verificou-se que os servidores não exerciam atividades externas sistemáticas ou suas atividades não estavam inseridas no rol de atividades que os colocassem obrigatoriamente e permanentemente em atividades de fiscalização, inspeção, auditoria ou diligências externas.

27. Destacaram que as indenizações de transportes foram destinadas aos seguintes cargos: Chefe de Núcleo de Topografia, Chefe de Núcleo de Material, Chefe de NUCOP, Diretor de Serviços, Gerente de Licenciamento, Gerente de Execução de Obras, Gerente de Cultura e Diretor Social. Assim, aduziram que, devido, sobretudo, à vontade de servir a população, é possível e regular a concessão da indenização a esses cargos.

28. Alegaram que, em face das diversas atuações em prol da sociedade efetuadas pela Jurisdicionada, suas ações já seriam suficientes para afastar a irregularidade. Ressaltaram, ainda, que o Decreto nº 13.447/1991 não proíbe a concessão e nem identifica beneficiários. Logo, o ato do Administrador foi devidamente motivado e demonstrou a compatibilidade com a atuação da RA.

29. **Análise:** o Decreto nº 13.447/1991 regulamenta a concessão da indenização de transporte, nos seguintes termos:

Art. 1º - A Indenização de Transporte, instituída pelo artigo 6º, do Decreto-Lei nº 1.544, de 15 de abril de 1977, poderá ser concedida a servidores ocupantes de cargos integrantes das carreiras da Administração Direta e Autárquica do Distrito Federal, cujas atribuições exijam, sistematicamente, a execução de serviço externo.

Parágrafo único - A Indenização de Transporte se destina a indenizar o servidor das despesas que realizar, em decorrência da utilização de meios próprios de locomoção, para desincumbir-se do serviço externo.

Art. 2º - Considera-se serviço externo, para efeitos deste Decreto, aquele que obrigue o servidor, no exercício de seu cargo, colocado permanentemente em atividades de fiscalização, inspeção, auditoria, ou em diligências externas, a deslocar-se da unidade administrativa em que esteja lotado ou tenha exercício, para desempenha-las junto a estabelecimentos, firmas, residências, escritórios ou outras entidades congêneres, localizadas na área de jurisdição do órgão a que pertence. (grifos nossos)

30. Como se observa, o normativo prevê, para a concessão do benefício, o exercício de atividades externas sistemáticas ou a inserção das atividades das atribuições no rol de fiscalização, inspeção, auditoria ou diligências externas. Para tanto, deveriam ter sido demonstrados os serviços externos e a conformidade com a função ou cargo ocupado. Não é bastante argumentar que os cargos seriam pertinentes com o recebimento ou que as atuações



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

teriam sido feitas em prol da sociedade, sendo esta busca inerente a qualquer atividade exercida por um gestor público.

31. Ademais, esta Corte, na Decisão nº 2.853/2003, listou os requisitos de controle na concessão do referido benefício, verbis:

O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento do resultado da auditoria, **decidiu: I - determinar à Administração Regional da Ceilândia que: (...) e) oriente os servidores que utilizam veículos próprios em trabalhos externos, com direito à indenização de transporte, que, ao preencherem os Mapas de Controle de Indenização de Transporte, devem informar com clareza as atividades que estão sendo executadas e, quando for o caso, devem fazer referência ao processo ou ao nº do documento relacionado à obra, ao serviço ou à atividade realizada;** f) esclareça aos chefes das Seções e Divisões dessa RA que tenham servidores atuando em trabalhos externos, com direito à indenização de transporte que: 1) somente autorizem os servidores a efetuarem, com a utilização de meio próprio de locomoção, os serviços externos estritamente necessários, evitando o pagamento de indenização de transporte nos casos em que é possível a realização de atividades na sede da Administração; 2) verifiquem se as atividades relacionadas no Mapa de Controle de Indenização de Transporte não foram executadas com a utilização de veículos da Administração; 3) cotejem as atividades relacionadas no Mapa de Controle de Indenização de Transporte com aquelas constantes do Diário de Condução de Veículos, de forma a evitar situações como as identificadas na Seção de Transporte, descritas no parágrafo 52 do relatório; 4) como responsáveis por atestar ou certificar as atividades externas desenvolvidas por subordinados, devem zelar pelo cumprimento das medidas indicadas nos itens 1 a 3 precedentes, sob pena de co-responsabilidade por eventual pagamento indevido; (...) (grifos nossos)

32. Assim sendo, não há suporte probatório nos autos da existência de necessidade da concessão do benefício e nem do controle de sua utilização. Destarte, os argumentos podem ser considerados improcedentes, sem o condão de afastar a irregularidade apontada.

Argumentos relativos ao Subitem 4.1 – Custos unitários da obra não estão fundamentados na Tabela SINAPI, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 105/106).

Síntese (fls. 380/381*): no que tange aos Processos nºs. 137.001.078/2011, 137.000.211/2012, 137.001.079/2011, 137.000.656/2012, 137.000.350/2012, 137.000.626/2012 e 137.000.425/2012, referentes a obras, constatou-se que as Planilhas Orçamentárias apresentadas pela Diretoria de Obras foram fundamentadas somente nos preços da tabela NOVACAP, sem as devidas justificativas, em desacordo com as deliberações desta Corte, as quais exigem que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

o orçamentos estimativos constantes do Projeto Básico das obras e serviços de engenharia devem ser elaborados com base no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI. Ademais, o CI registrou que os processos licitatórios de obras e serviços de engenharia devem ser instruídos com cópias da composição de todos os custos unitários envolvidos fundamentados na tabela SINAPI, do BDI, e dos Encargos Sociais; da memória de cálculo que subsidiou a definição dos quantitativos dos itens de serviço; das coletas de preços e tudo mais que for necessário para demonstrar a adequação dos preços propostos com os praticados no mercado, conforme determinação deste Tribunal, contida na Decisão nº 4.033/2007.

33. *Afirmaram que foi usada a tabela específica da localidade, da NOVACAP, elaborada pela empresa PINJ¹⁰, ante a dúvida de escolha entre esta e a do SINAPI. Destacaram a ausência de má-fé ou dano ao erário, pois adotaram tabela que possui a metodologia de demonstrativos de formação do preço por modelagem de referência de custos unitários (DFPM), para a região ou localidade. Informaram que o método DFPM obtém faixa de valores que apontam admissibilidades, inexequibilidades e exorbitância de preços de modo racional e particularizado ao DF.*

34. **Análise:** a Decisão-TCDF nº 4.033/2007¹¹ delibera que, em certames referentes a obras e serviços de engenharia, o orçamento e o detalhamento dos custos unitários devem ser, em regra, baseados na Tabela SINAPI. Caso não seja possível sua utilização, os preços deverão ser discriminados, justificando-se o uso de tabela diversa, a fim de demonstrar a coerência com os preços de mercado.

35. No caso em tela, foi utilizada como referência a Tabela NOVACAP, não havendo justificativa para tal e, nos termos do apontado pelo Controle Interno à fl. 380-v*: “Não foi arquivada nem juntada aos autos a memória de cálculo que subsidiou os quantitativos e custos da planilha orçamentária, impossibilitando sua análise pelo controle”.

36. A Tabela SINAPI é uma fonte referencial de preços, que possibilita a baliza e a padronização dos custos, e, ademais, por se tratar de uma fonte oficial de preços, traz segurança jurídica a todos os envolvidos no certame.

37. Assim sendo, não havendo justificativa suficiente para a utilização de tabela distinta, levando-se em conta, ainda, o número de processos elencados com a falha¹² e o descumprimento de deliberação desta Corte, os argumentos trazidos podem ser

¹⁰ Empresa especializada em atendimento às necessidades dos profissionais e empresas da construção civil.

¹¹ VII – dar conhecimento a todas as Jurisdicionadas do item “II.a” da Decisão nº 5.745/05, qual seja: “em relação a obras de edificações, o Tribunal adotará, sempre que possível, para análise da conformidade dos preços, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal, e considerará que os custos unitários de materiais e serviços de obras não poderão ser superiores à mediana daquelas constantes do referido sistema, exceto em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

¹² Há rol de 07 processos afetados (fl. 380*).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

considerados improcedentes, sem o condão de afastar a irregularidade.

Argumentos relativos aos Subitens 4.2 – Ausência de projeto e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica e 4.5 – Projeto básico inconsistente para a contratação de obras e prestação de serviços, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 106/109)¹³.

Síntese do subitem 4.2 (fls. 381/382): em um rol de processos elencados às fls. 381/381-v*, referentes a serviços de obras, foram constatadas inconsistências nos projetos básicos: inexistência de plantas de arquitetura (05 processos), em desacordo com a Lei nº 8.666/93, impedindo a avaliação de detalhes como dimensões e demais especificações da obra; e, quando esta existia, não havia Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou assinatura na planta (03 processos).*

Síntese do subitem 4.5 (fls. 384/385): foram apontadas inconsistências no projeto básico que não permitiram a caracterização adequada da obra, em desacordo com a Lei de Licitações. Constatou-se que eram insubsistentes, tendo em conta as seguintes falhas encontradas: existência somente do Caderno de Especificações Técnicas, que não se confunde com o projeto básico; ausência de indicação de local de algumas obras; inexistência de memorial descritivo dos itens que compõem a planilha orçamentária; e ausência de memória de cálculo dos quantitativos utilizados na planilha orçamentária.*

38. Apontaram que a Lei nº 8.666/1993 prevê que o projeto básico caracterize a obra ou serviço com eficiência e precisão, a fim de não frustrar o certame e de prejudicar a competitividade. Destacaram que o Manual de Obras do TCU preceitua que referido projeto deve possuir média precisão, sendo aceitável pequenas margens de erro. Concluíram, então, que a incompletude e inconsistência dos mencionados documentos, apontadas pelo CI, referem-se a imprecisões típicas, que, se efetivamente existentes, impossibilitariam a realização da contratação. Ressaltaram que todas as obras efetuadas pela Jurisdicionada obedeceram às formalidades legais, sendo licitadas e executadas conforme o previsto no certame.

39. Aduziram que o TCU não se detém à nomenclatura do documento que figurará como projeto básico¹⁴, sendo importante o conteúdo, existindo, nos mesmos moldes jurisprudência do TRF da 4ª Região. Afirmaram que em todos os procedimentos licitatórios, o comprovante de detalhamento do objeto licitado (seja ele projeto básico, caderno de especificação ou anexo de detalhamento da obra) foi elaborado por profissionais da área pertencentes ao quadro da RA, tendo sido os documentos finais assinados pelo Diretor de Obras e pelo Administrador Regional.

40. Quanto à exigência de ART, afirmaram terem adotado a exigência da contratada, constando na planilha de custo o

¹³ Em ambos os subitens, as falhas foram constatadas no mesmo rol de processos, quais sejam: Processos nºs. 137.001.078/2011, 137.000.211/2012, 137.001.079/2011, 137.000.656/2012, 137.000.350/2012, 137.000.626/2012, 137.000.425/2012 e 137.000.400/2012.

¹⁴ Exemplificaram com a Decisão – TCU nº 420/1996 – Plenário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

respectivo valor ao item. Por fim, à fl. 109, reforçaram a inexistência de dano ao erário.

41. **Análise:** no que concerne às falhas, o Controle Interno, às fls. 381/381-v* e 384/384-v*, destacou:

- a) Processo nº 137.001.078/2011: ausência de plantas arquitetônicas e de projeto básico (existência de caderno de especificações técnicas sem justificativa da necessidade das obras e sem constar nem mesmo o local/endereço da obra);
- b) Processo nº 137.000.211/2012: ausência de ART, de assinatura na planta arquitetônica e de projeto básico (existência de caderno de especificações técnicas sem demonstração da metragem da obra);
- c) Processo nº 137.001.079/2011: ausência de plantas arquitetônicas, ART imprecisa e inexistência de projeto básico (existência de caderno de especificações impreciso e deficiente);
- d) Processo nº 137.000.656/2012: ausência de ART, de assinatura na planta arquitetônica e inexistência de projeto básico (existência de caderno de especificações impreciso e deficiente);
- e) Processo nº 137.000.350/2012: ausência de plantas arquitetônicas, ART imprecisa e inexistência de projeto básico (existência de caderno de especificações impreciso e deficiente, sem constar a metragem e a localização da obra);
- f) Processo nº 137.000.626/2012: ausência de ART, de assinatura na planta arquitetônica e de projeto básico (existência de caderno de especificações);
- g) Processo nº 137.000.425/2012: ausência de plantas arquitetônicas e de projeto básico (existência de caderno de especificações impreciso e deficiente)
- h) Processo nº 137.000.400/2012: ausência de plantas arquitetônicas, de ART e de projeto básico.

42. As plantas arquitetônicas são elementos essenciais e devem integrar o projeto básico, fazendo constar as informações suficientes para a real e objetiva caracterização da obra, tais quais a localização e os quantitativos dos serviços, em complemento às planilhas orçamentárias.

43. Quanto ao projeto básico, é uma ferramenta de planejamento necessária na tomada de decisão do ordenador de despesa. Assim, deve possuir elementos que materializem a representação do objeto a ser contratado, observando-se as prescrições presentes no art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/93. Quando a norma é atendida, o documento referente ao projeto básico torna-se um documento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

tecnicamente adequado, regularmente aprovado e consistentemente representativo das necessidades, atendendo, assim, o interesse público buscado.

44. No caso em tela, os recorrentes afirmaram que haveria nos autos cadernos de especificações que, em nome da fungibilidade de nomenclatura, atuariam como projeto básico, com seus requisitos legais de especificação. Porém, conforme apontado pelo CI, esses documentos não trouxeram informações básicas das obras, como a localização e a metragem. Ademais, não apresentaram documentação comprobatória que pudesse afastar essa alegação, prejudicando a análise.

45. Não obstante, nos processos afetados, a ART é ausente ou inconsistente, o que dificulta a identificação do responsável pelo projeto e pelo orçamento, prejudicando a responsabilização dos agentes envolvidos. Ainda, insta ressaltar a Súmula nº 260 do TCU:

“É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.” (grifos nossos)

46. Assim sendo, e, somando-se ao fato do extenso rol de processos, entendemos que as alegações dos justificantes não são suficientes para afastar as irregularidades.

Argumentos relativos ao Subitem 4.3 – Irregularidades na composição do BDI, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fl. 109).

Síntese (fls. 382/383*): foi verificada, no Processo nº 137.001.079/2011, referente a construção de quadra poliesportiva, a irregularidade na composição do BDI da licitante vencedora, com a inclusão de 1% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em desacordo com o Acórdão nº 325/2007-Plenário-TCU. Apesar do referido processo, provavelmente, ter sido instruído no exercício de 2011, a licitação do Convite nº 24/2011-RA X foi concluída no exercício de 2012, tendo em conta que o contrato foi firmado no exercício de 2012, consoante publicação do extrato do contrato no DODF (fl. 16).

47. Iniciaram destacando que a irregularidade foi observada apenas em um processo (Processo nº 137.001.079/2011). Afirmaram que, considerando-se essa única ocorrência, o equívoco foi corrigido pelo DF, que alterou as minutas disponibilizadas às RA's. Sendo assim, a falha não teria condão de macular como irregularidade as contas.

48. **Análise:** o detalhamento do BDI é necessário para fins de controle, pois podem ocorrer alterações em sua composição que impactarão o valor do preço do serviço, como, por exemplo, onerações ou desonerações tributárias. Assim, o conhecimento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

prévio de sua composição possibilitará o melhor equacionamento de eventuais reequilíbrios, tanto em favor quanto em desfavor da Administração Pública.

49. No que tange à inclusão dos tributos de natureza personalística no BDI, a exemplo do IRPJ e da CSLL, o Tribunal de Contas da União assim fundamentou seu entendimento, por meio da Súmula/TCU n.º 254/2010:

“O IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica – e a CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas – BDI do orçamento base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado.”

50. A explicitação da composição do BDI favorece a transparência e o controle dos gastos e sua falta apenas pode repercutir como falha formal ao julgamento das contas, uma vez que a aceitabilidade de alíquotas, percentuais e margens que o constituam é ainda tema controverso e somente avaliável na análise do caso concreto.

51. Dessa forma, considerando que até recentemente essas questões encerravam certo grau de controvérsia, em princípio, a inclusão do CSLL no BDI, referente ao Processo nº 137.001.079/2011, não deve resultar na irregularidade das contas. Ressalte-se que essa inclusão, apesar de inadequada, não constitui elemento suficiente para caracterizar a existência de prejuízo ao erário. Ademais, dada a racionalidade do mercado, quaisquer tributos, sejam personalísticos ou não, diretos ou indiretos, serão repassados ao contratante, quer de maneira explícita, quer implícita, por meio da precificação via estabelecimento do lucro.

52. Assim sendo, somando-se ao fato de a falha estar presente apenas em um processo, e levando-se em conta os Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade, a impropriedade não possui o condão de macular estas contas, podendo os argumentos trazidos serem considerados procedentes.

53. Não obstante, nesse sentido, falhas semelhantes têm sido consideradas ressalvas por este Tribunal, consoante Decisões nºs. 3.815/2016, 6.017/2015, 3.814/2016, 5.066/2016 e 714/2016.

Argumentos relativos ao Subitem 4.6 – Ausência de Parecer Jurídico da Assessoria Técnica da Unidade, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fl. 109/111).

Síntese (fls. 385/386*): no que tange aos Processos nºs. 137.001.078/2011, 137.001.079/2011, 137.000.350/2012, 137.000.626/2012 e 137.000.400/2012, referentes a obras, foi verificada a ausência de pareceres jurídicos nos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

procedimentos licitatórios, em desacordo com o parágrafo único e inciso VI do art. 38 da Lei nº 8.666/1993.

54. *Afirmaram que a RA seguiu todos os ditames da Lei de Licitações e que em todos os processos há o visto da assessoria jurídica. Porém, caso o parecer jurídico esteja ausente em algum dos autos, não haveria comprometimento do edital ou do contrato, pois não foram identificadas irregularidades nestes.*

55. **Análise:** a licitação é um procedimento administrativo formal, visando, principalmente, que a Administração Pública busque a proposta mais vantajosa para se chegar ao interesse público. Desta feita, por conseguinte, possui diversos preceitos que devem ser seguidos, os quais encontram-se elencados na Lei nº 8.666/1993. A falta de algum dos itens prejudica todo o procedimento, julgamento e posterior contratação. Logo, a falta do parecer jurídico é uma ilegalidade, afinal, é um dos requisitos elencados no art. 38 da referida Lei, verbis:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, **e ao qual serão juntados oportunamente:**

I - edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;

II - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;

III - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;

IV - original das propostas e dos documentos que as instruírem;

V - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

VII - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;

VIII - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;

IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;

X - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

XI - outros comprovantes de publicações;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

XII - demais documentos relativos à licitação.

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (grifos nossos)

56. Destarte, pode-se concluir que os procedimentos em tela não seguiram corretamente os ditames legais, não tendo sido justificada a ausência de parecer jurídico nos autos, que apesar de ser opinativo e não vinculativo, é obrigatório e conclusivo. Ademais, poderiam ter evitado as irregularidades constantes dos subitens 4.2 e 4.5, analisados nos §§ 41/46 desta Informação.

Argumentos relativos ao Subitem 4.7 – Fracionamento da despesa para justificar Licitação na modalidade Convite, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fl. 111/112).

Síntese (fls. 386/386-v): foi verificado nos Processos nºs. 137.000.211/2012, 137.001.079/2011, 137.000.656/2012, 137.000.350/2012, 137.000.626/2012, 137.000.425/2012 e 137.000.400/2012, que a Jurisdicionada fracionou os serviços de execução de obras de urbanização, por meio de realização de várias licitações na modalidade convite, em desacordo com o parágrafo 5º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993, dada a similaridade de objetos das obras, as quais ocorreram em datas próximas, sempre com valores muito próximos ao limite da modalidade convite para obras.*

57. Explicitaram que, para configuração de fracionamento de despesa, deve haver obras ou serviços de idêntica natureza e no mesmo local, conforme art. 23, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, que poderiam ser realizados em conjunto ou em concomitância, quando a soma de seus valores caracterizarem o caso de modalidade mais complexa. Argumentaram que, in casu, os procedimentos ocorreram em diversos pontos e em períodos distintos, o que descaracterizaria a intenção de fugir da modalidade adequada. Ademais, afirmaram que, caso fosse definido o fracionamento, seria bom para a ampliação das vantagens econômicas da RA e para o aumento de competitividade.

58. Destacaram que as obras e serviços em comento não acarretaram elevação de custos, pelo contrário, efetivaram a ampliação da possibilidade de participação de maior número de interessados, aumentando a competitividade.

59. Análise: o fracionamento indevido de licitação de objetos de mesma natureza – seja para a adoção de contratação direta ou de modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado – é totalmente vedado. Nestes termos delibera o Tribunal de Contas da União, in verbis:

Evite a fragmentação de despesas, caracterizada por aquisições frequentes dos mesmos produtos ou realização sistemática de serviços da mesma natureza em processos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: _____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

*distintos, cujos valores globais excedam o limite previsto para dispensa de licitação a que se referem os incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993. **Acórdão 1386/2005 Segunda Câmara.***

*Planeje as compras de modo a evitar a realização de despesas que possam caracterizar fracionamento, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 165/2001 Plenário.***

*Contratações, em datas distintas, de serviço de leitura de disquete junto a empresa, cujos valores somados extrapolam o limite de dispensa vigente à época, contrariando o art. 24, inc. II, da Lei n.º 8.666/1993 e caracterizando fracionamento de licitação. **Acórdão 66/1999 Plenário.***

60. In casu, temos que não se justifica a autuação de 07 processos distintos, com a consequente realização de convites contínuos e frequentes para a contratação isolada de obras similares, de mesma natureza funcional, todas igualmente de baixa complexidade e classificadas como serviços elementares de engenharia civil. As obras contratadas possuem objetos com alto grau de similaridade, como estacionamento, pistas de cooper, playgrounds, melos-fios, quadra poliesportiva, dentre outros. Evidente que os serviços poderiam ter sido agrupados em uma mesma licitação e, com isso, certamente, proporcionar que a Administração pagasse um preço abaixo do que efetivamente pagou.

61. Por conseguinte, no caso em tela, resta evidenciada a viabilidade de as contratações em foco serem planejadas e agrupadas para fins de adoção da modalidade licitatória cabível (Concorrência ou Tomada de Preços), de modo a privilegiar a ampliação da competitividade, o ganho de escala, a economia de recursos públicos e, sobretudo, evidenciar a transparência na gestão dos administradores públicos. Assim, o argumento trazido quanto ao aumento de competitividade pelos moldes em que foram feitos os certames não merece guarida.

62. Ademais, como demonstrado pelo Controle Interno à fl. 386, todas as obras foram contratadas pela modalidade Convite com valores próximos ao limite máximo de R\$ 150.000,00, desrespeitando o disposto no § 5º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993¹⁵.*

¹⁵ **Lei nº 8.666/1993 - Art. 23.** As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação: (...) **§ 5º** É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

63. Em casos semelhantes, esta Corte tem se manifestado pela irregularidade das contas e aplicação de multa aos gestores, como se pode ver dos Acórdãos nºs. 32/2011 (RA Sobradinho), 104/2011 (RA SCIA/Estrutural) e 209/2013 (RA Guará).

64. Assim sendo, as justificativas trazidas não são aptas para afastar a irregularidade, podendo os argumentos serem considerados improcedentes.

Argumentos relativos aos Subitens 4.9 – Da contratação conjunta dos serviços artísticos e dos demais serviços de apoio, 4.10 – Ausência de critérios objetivos para escolha dos artistas a serem contratados, 4.11 – Inconsistências na comprovação da exclusividade de representação dos artistas e 4.13 – Ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 112/114)¹⁶.

Síntese do subitem 4.9 (fls. 387-v/388-v):* constatou-se, em 06 processos, referentes a eventos artísticos (contratação de bandas), que a Jurisdicionada contratou artistas por inexigibilidade de licitação, por meio de empresas (representantes), juntamente com os serviços de apoio às apresentações dos artistas (palco, iluminação, sonorização, segurança, banheiro químico, etc.), em desacordo com o Parecer nº 393/2008-PROCAD/PGDF da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Síntese do subitem 4.10 (fls. 388-v/389-v):* no mesmo rol de processos, apontou-se que as contratações de artistas, por inexigibilidade de licitação, não trouxeram elementos probatórios suficientes, nos termos do Parecer Normativo nº 393/2008-PROCAD/PGDF, para justificar a escolha dos artistas. Consignou-se que, consoante inciso II, parágrafo único, do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, a razão de escolha do fornecedor deve ser justificada no processo. Ademais, os projetos básicos trouxeram os artistas a serem contratados. Logo, os aludidos projetos se assemelhavam a um pré-contrato, no qual a Administração definia preliminarmente a empresa.

Síntese do subitem 4.11 (fls. 389-v/ 390-v):* no rol de processos também foi identificado que as empresas contratadas como representantes exclusivas dos artistas detinham declarações de exclusividade emitidas somente para os eventos especificados nas declarações, bem como os artistas já haviam sido representados por outras empresas no ano de 2012.

Síntese do subitem 4.13 (fls. 391-v/392):* no Processo nº 137.000.447/2012, verificou-se que a RA X contratou a empresa privada Social Esportiva Maringá, no valor de R\$ 70.000,00, para realização do evento de comemoração do 32º aniversário da própria empresa, mediante subcontratação de 03 bandas. Registrou, ainda, que a Jurisdicionada não justificou o motivo da contratação e o interesse público que seria atingido. Também não constavam o público do evento, o horário e dia da apresentação.

65. Aduziram que a contratação dos artistas foi realizada por inexigibilidade de licitação, em conformidade com o art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, pautando-se na impossibilidade de

¹⁶ Os subitens 4.9, 4.10 e 4.11 referem-se a falhas apontadas nos Processos nºs. 137.000.452/2012, 137.000.373/2012, 137.000.565/2012, 137.000.447/2012, 137.000.659/2012 e 137.000.961/2012. Já o subitem 4.13 reporta-se apenas ao Processo nº 137.000.447/2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

concorrência e em consonância com os requisitos da consagração pública e do empresário exclusivo. Citaram jurisprudência do TJPR para corroborar o argumento.

66. *Afirmam, também, que se atentaram a alguns critérios para simplificar a verificação da forma de contratação e de representatividade, quais sejam: a) contratação de artistas e bandas de Brasília e/ou entorno para estímulo à cultura local; b) priorização dos que, anteriormente, já haviam sido aprovados e contratados pelo GDF; c) busca pelos artistas com consagração local; e) escolha daqueles com cachês já, relativamente, conhecidos pela Administração, facilitando a verificação da pertinência dos valores cobrados para aquela oportunidade.*

67. *Destacaram que as contratações, usadas em caráter excepcional, obedeceram à finalidade pública e atenderam ao Princípio da Economicidade, com preço compatível ao de mercado e, até mesmo mais econômico em razão da montagem e desmontagem serem efetuadas por equipe vinculada ao artista.*

68. **Análise:** *os justificantes não trouxeram a impugnação específica¹⁷ destes subitem, tecendo argumentação genérica para todos. Para fins de apreciação, serão analisados individualmente.*

69. *Quanto ao subitem 4.9, houve desrespeito ao Parecer nº 393/2008-PROCAD/PGDF, que prevê:*

Enquanto para a contratação de artistas é viável, em alguns casos, que esta se realize diretamente, mediante inexigibilidade de licitação (art. 25, III da Lei 8.666/93) (hipótese a ser examinada em seguida), para os demais serviços de apoio é imprescindível a realização de licitação para a sua contratação, na medida em que o mencionado dispositivo não engloba tais serviços, incidindo, portanto, a regra geral insculpida no art. 37, XXI, da CF.

(...)

Assim, cumpre ao gestor público promover a licitação para a contratação de bens e serviços que não versam sobre a manifestação artística em si, utilizando-se, conforme a especificidade de cada bem ou serviço a ser adquirido, dos tipos e modalidades previstos na Lei 8.666/93, bem como da modalidade “pregão”, prevista na Lei nº 10.520/2002. (grifos nossos)

70. *A Lei de Licitações, em seu art. 25, inciso III, não deixa margem para a contratação conjunta, verbis:*

¹⁷ A impugnação específica é um dos requisitos da contestação, constituindo dever processual do justificante, que deve rebater todos os fatos de modo pormenorizado e claro, a fim de tentar afastar sua responsabilização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. (grifos nossos)

71. No que concerne ao subitem 4.10, foi caracterizada a subjetividade na contratação, com a aproximação do projeto básico a um pré-contrato, o que é vedado. A indicação, no documento, de artista ou banda ultrapassa o nível de especificação determinado pelo artigo 6º da Lei nº 8.666/93, mesmo se o contratado cumprir todos os requisitos exigidos por lei, o que não ocorreu. Considerando que existe a obrigação dos justificantes de fiscalizar os atos postos à sua disposição quanto à aderência às normas vigentes, entendemos que a simples alegação de tentativa de simplificação da contratação em detrimento dos normativos, não é plausível e nem suficiente para afastar a irregularidade. Ademais, houve reiterado descumprimento do Parecer nº 393/2008-PROCAD/PGDF:

Assim, deverá o órgão contratante comprovar, nos autos do processo administrativo, a consagração do artista que se pretende contratar. Não se trata de apuração da qualificação profissional, eis que não é a habilidade técnica que se busca comprovar, mas sim a fama e a notoriedade do artista.

Quanto à forma de comprovação da consagração do artista, entende o Tribunal de Contas do Distrito Federal que quanto à inexigibilidade prevista no art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 (...), na contratação de profissionais artísticos é necessária a apresentação de curriculum acompanhado de documentos (recorte de jornais, revistas etc), que atestem a consagração pela crítica e opinião pública, conforme decisão exarada no Processo nº 1876/95” (Decisão 6.968/1996)

(...)

No que concerne à razão da escolha do fornecedor ou executante, deverá explicitar como o interesse público será atendido com a contratação daquele artista profissional específico (inclusive no que concerne a compatibilidade entre a espécie de trabalho artístico a ser contratado ea finalidade cultural específica do evento), bem como deverá ser demonstrado que o mesmo é consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, da forma como exige o TCDF. (grifos nossos)

72. Assim, inexistiu comprovação da consagração dos artistas que, ademais, em desacordo com a Lei de Licitações, já estavam



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

identificados no projeto básico.

73. Relativamente ao subitem 4.11, a inexistência de comprovação de exclusividade das empresas contratadas sobre os artistas impossibilita a contratação por inexigibilidade, pois este é requisito presente no inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/1993. Ademais, caberia aos gestores apurar a veracidade da declaração de exclusividade, tendo em vista que, consoante verificado pelo CI, no exercício de 2012, os mesmos artistas já haviam sido representados por outras empresas.

74. Quanto ao subitem 4.13, a situação ocorrida foi a contratação da Social Esportiva Maringá, ente privado, para a comemoração do próprio aniversário, mediante a subcontratação de bandas. Foram utilizados recursos públicos em evento estritamente privado, sem interesse público envolvido, em desacordo, dentre outros, com os princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade. Ademais, haja vista a inexistência de justificativas, a gravidade da falha e o possível prejuízo ao erário distrital, deve ser determinado à Administração Regional do Guará que instaure a devida TCE a fim de proceder às apurações do dano.

75. Assim, os gestores não agiram em conformidade com a Lei de Licitações, conforme aduzido, sendo os argumentos improcedentes para afastar as irregularidades.

Argumentos relativos ao Subitem 4.14 – Irregularidades no Relatório do executor sobre a realização/execução do serviço contratado, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 114/115).

Síntese (fls. 392/392-v*): nos Processos nºs. 137.000.452/2012, 137.000.565/2012, 137.000.447/2012 e 137.000.961/2012 (contratação de bandas) e 137.000.400/2012 (obra), o CI verificou falhas nos relatórios dos executores dos contratos, os quais limitavam-se a carimbar os versos das notas fiscais, atestando que o serviço foi executado, em alguns casos, impossibilitando aferir a prestação do serviço, não atendendo ao disposto nos artigos 41 e 44 do Decreto nº 32.598/2010. No caso da obra, ao final de cada etapa deve o executor apresentar relatórios, emitir atestado de execução e termo circunstanciado, o que não ocorreu.

76. A priori, afirmaram que as contratações realizadas foram bem-sucedidas, derivadas de procedimento idôneo e objetos de zelosa fiscalização. Destacaram que havia uma estrutura para fiscalização de serviços relacionados a obras, feitas por servidores da Diretoria de Obras (e seus respectivos núcleos, a depender do objeto licitado), efetuada do início ao fim do empreendimento. Concluíram não haver qualquer falha na execução dos contratos e nem no dever de fiscalizar.

77. **Análise:** o relatório do executor do contrato é ponto crucial para verificação da correta realização e execução dos objetos contratados. Assim, não deve ser genérico e limitado a carimbos nos versos das notas fiscais. O trabalho satisfatório do executor é



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

etapa de fiscalização fundamental para que os serviços corram em conformidade com o pactuado e dentro dos moldes legais.

78. Não obstante, dado que em todos os processos do rol, nos quais os relatórios foram inconsistentes, há outras falhas¹⁸, os argumentos não merecem prosperar, podendo a falha ser mantida como irregularidade.

Argumentos relativos aos Subitens 4.16 – Impropriedade no controle de permissionários e 5.1 – Ausência de contabilização de receita a receber por uso de área pública, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 116/117 e 115/116, respectivamente).

Síntese do subitem 4.16 (fls. 393-v/394): foi constatado que a Jurisdicionada não realizava efetivo controle sobre o recebimento das taxas provenientes da ocupação de área pública, permanecendo a obrigação do permissionário em apresentar o comprovante de pagamento das Taxas de Ocupação na Administração Regional, o que inviabilizava a realização de um controle eficiente dos pagamentos efetuados no exercício. Ademais, não havia atualização nos cadastros dos permissionários.*

Síntese do subitem 5.1 (fls. 394/394-v): observou-se no Relatório Contábil Anual do Exercício de 2012 (fls. 339/344*), da Subsecretaria de Contabilidade, que a Jurisdicionada foi alertada quanto à obrigatoriedade de registro, conciliação e acompanhamento, dos créditos a receber e recebidos, dos contratos de permissão de uso de área pública, que deveriam ser acompanhados por meio da conta contábil 112192500 – Permissionários a Receber. Em consulta ao sistema SIGGO, foi verificado que a RA X não cumpre a obrigatoriedade.*

79. Quanto ao subitem 4.16, destacaram, às fls. 115/116, que nos exercícios de 2011 e 2012 o controle de permissionários era efetuado sem uso de tecnologia, com verificação individual dos processos de permissões, sendo feitos os seguintes monitoramentos: os processos físicos eram fiscalizados na própria RA X; o controle de cadastros era efetuado junto à Coordenadoria de Cidades; e os relatórios mensais enviados à GEOFIC para registros pertinentes. Afirmaram que não seria possível dizer que a não informatização gerasse inadequação no controle das permissões, inexistindo a impropriedade.

80. No que concerne ao subitem 5.1, ressaltaram, às fls. 116/117, que no exercício de 2012, a Unidade, por dificuldade de manejo, não utilizava integralmente o sistema SIGGO, o que não significa ausência de controle, sendo implementados os cadastros eletrônicos apenas em 2013/2014. Informaram que os créditos recebidos dos permissionários de área pública eram lançados em relatórios mensais e encaminhados à GEOFIC para o controle financeiro e efetuação de possíveis registros. Assim, não haveria impropriedade, pois o Gestor efetuou os registros em conformidade

¹⁸ Os Processos nºs. 137.000.452/2012, 137.000.565/2012, 137.000.447/2012 e 137.000.961/2012, concernentes a contratação de bandas, foram listados, também, nos subitens 4.9, 4.10, 4.11 e 4.13. Já o Processo nº 137.000.400/2012, referente a obra, foi elencado, da mesma forma, nos subitens 4.2, 4.5, 4.6 e 4.7.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

com as condições que dispunha para tal.

81. **Análise:** a matéria em comento foi apreciada no âmbito no Processo nº 18.252/2008¹⁹, TCE instaurada para apurar possíveis prejuízos decorrentes do não recolhimento de taxas de ocupação de áreas públicas pela Jurisdicionada, em atenção à Decisão nº 2.942/08 (Processo nº 13.901/2006). Nesta TCE foram acolhidas, por unanimidade, as Razões de Voto da Relatora²⁰, a Conselheira Anilcéia Machado, para deliberação da Decisão nº 5.112/2016 (cópia à fl. 122), determinando o encerramento do processo e o acompanhamento das medidas de controle adotadas pela Jurisdicionada, nestes termos:

Razões de Voto da Conselheira Anilcéia Machado

(...) **a instrução assinala que, em situações análogas aos presentes autos, o Tribunal tem decidido pelo encerramento das TCE's, com determinações à jurisdicionada para que adote as medidas necessárias ao recebimento dos valores**, a exemplo dos Processos nºs 23.664/13, 27.597/13, 28.534/13, 28.917/13, 28.879/13 e 30.245/13.

(...)

Nesse contexto, em harmonia com as deliberações deste Tribunal, na forma do parágrafo 1º do art. 13 da Resolução/TCDF nº 102/98, e da Portaria/TCDF nº 307/15, esta TCE poderá ser encerrada, em face dos valores individuais dos débitos estarem abaixo do valor de alçada e da responsabilidade pelo ressarcimento ser exclusiva de terceiros não vinculados à Administração Pública, conforme alinhado às fls. 156/157.

Por fim, sugere determinação à Administração Regional do Guará – RA X, em relação aos inadimplentes nomeados nos demonstrativos de fls. 389/394 e 395/407 do apenso, que promova o ressarcimento do débito, devidamente corrigido, adotando o rito sumário e econômico; a inscrição dos inadimplentes na dívida ativa do GDF; bem como a cobrança judicial, para os valores que comportem essa medida.

(...)

Acompanho o entendimento adotado pelo corpo técnico, tendo em conta o fato de que os débitos, computados de forma individual, estão abaixo do valor de alçada, conforme se observa às fls. 292/309 e 322/325 do apenso, além da responsabilidade pelo ressarcimento ser exclusiva de

¹⁹ TCE instaurada para apurar possíveis prejuízos decorrentes do não recolhimento de taxas de ocupação de áreas públicas pela Administração Regional do Guará – RA X, em atenção à Decisão nº 2.942/08 (Processo nº 13.901/2006).

²⁰ E-DOC CCD62DDF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

terceiros não vinculados à Administração Pública.

De acordo com a tabela elaborada às fls. 395/407 do apenso, vê-se a individualização das responsabilidades, com o nome de cada permissionário devedor, a data do último pagamento da taxa de ocupação, acrescido do valor do débito atualizado até 2015.

Quanto à determinação proposta à Administração Regional do Guará – RA X, em relação aos inadimplentes, observo que a jurisdicionada está adotando medidas de controle objetivando a recuperação dos valores devidos, conforme informação constante às fls. 333/334 do apenso.

Assim, a exemplo do encaminhamento dado nos Processos nºs 27.597/13, 28.534/13 e 28.917/13, que também tratam da matéria, tenho por dispensável a determinação indicada.

No entanto, faço acréscimo para que o corpo técnico acompanhe essas medidas de controle adotadas pela jurisdicionada, que deverá ser fiscalizada no âmbito da TCA. (grifos nossos)

Decisão nº 5.112/2016

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento do Relatório Complementar de TCE nº 116/2015 – DIXE/COEXE (fls. 415/417 do apenso), encaminhado pelo Despacho nº 714/2015 – GAB/CGDF do Controlador Geral do DF (fl. 419 do apenso), em cumprimento ao item III da Decisão nº 4.925/14, considerando superada a questão; II – na forma do parágrafo 1º do art. 13 da Resolução/TCDF nº 102, de 15.07.98, considerar a TCE em exame encerrada; III – autorizar: a) o encaminhamento do Processo nº 017.000.837/08 à Administração Regional do Guará – RA X; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas deste Tribunal, para que acompanhe as medidas de controle adotadas pela jurisdicionada, no âmbito da tomada de contas anual. (grifos nossos)

82. Assim sendo, a matéria foi analisada e encontra-se superada nesta Corte, que concluiu que a responsabilidade pelo ressarcimento é exclusiva de terceiros não vinculados à Administração Pública. Ademais, quanto à determinação contida no item III.b do decisorio, dada a data em que foi proferida, em 06 de outubro de 2016, deverá ser efetuada nas TCA's subsequentes a esse exercício financeiro.

83. No caso em tela, porém, os argumentos podem ser considerados parcialmente procedentes, podendo ensejar a oposição de ressalvas às contas, pois é falha afeta à gestão, afinal, os registros relativos aos permissionários não eram acompanhados



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

sistematicamente. Ressalte-se que nesta Corte em casos semelhantes, há precedentes no sentido de considerar essas falhas como ressalvas, consoante as Decisões nºs. 3.814/2016, 4.979/2015, 5.066/2016, 6.017/2015 e 3.669/2016.

Outros argumentos (fls. 117/119).

84. Em suma, destacaram a atuação cada vez mais eficiente dos órgãos de controle em contraposição ao despreparo e à falta de capacitação dos gestores, somada à dependência do Poder Executivo, o que pode gerar um descompasso no sistema de fiscalização.

85. Afirmaram não ter havido má-fé ou desvios de verbas em suas atuações, tendo sido respeitado o Princípio da Eficiência.

86. **Análise:** o exame das justificativas foi feito ao longo desta peça processual e os argumentos trazidos pelos justificantes foram considerados:

a) procedentes para afastar as irregularidades apontadas quanto aos subitens 1.2, 4.3, 4.16 e 5.1, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF²¹;

b) parcialmente procedentes, podendo ensejar ressalvas às contas em momento oportuno, quanto aos subitens 4.16 e 5.1, do relatório mencionado no item supra;

c) improcedentes, para ensejar irregularidades às contas os subitens:

I. 2.2, do Relatório de Auditoria nº 12/2014 – DIRAG I/CONAG/CONT/STC²²;

II. 2.3, 3.1, 4.1, 4.2, 4.5, 4.6, 4.7, 4.9, 4.10, 4.11, 4.13 e 4.14, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF.

III – JULGAMENTO DAS CONTAS

87. A Decisão nº 2.221/2016, fls. 74/75, determinou a audiência dos Srs. Carlos Nogueira da Costa e João Carlos Alves de Oliveira para que apresentassem justificativas sobre as falhas apontadas no decisum.

88. Conforme análise realizada, os argumentos trazidos pelos justificantes foram considerados parcialmente procedentes, remanescendo um rol de irregularidades, nos moldes do § 87-c.

89. Nesse sentido, poderá o Tribunal julgar as contas anuais da Administração Regional do Guará – RA X, relativas ao exercício

²¹ Fls. 375/396*.

²² Cópia da parte relevante para a análise às fls. 04/10.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

financeiro de 2012:

a) *REGULARES*, no que tange aos responsáveis:

NOME	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO (2012)
Geovane de Freitas Oliveira	Administrador Regional – Substituto	31.12
Michelle Fonseca Nunes Ferreira Alves	Diretora da Diretoria de Administração Geral – Substituta	08.02 a 17.02 e 10.12 a 29.12
Arnaldo Magalhães dos Santos	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio	01.01 a 31.12

b) *IRREGULARES*, quanto aos responsáveis abaixo indicados, devido às impropriedades elencadas:

NOME/CARGO	PERÍODO DE GESTÃO (2012)	IMPROPRIEDADES
Carlos Nogueira da Costa, Administrador Regional e João Carlos Alves de Oliveira, Diretor da Diretoria de Administração Geral.	01.01 a 31.12	<u>Relatório de Auditoria nº 12/2014-DIRAG</u> <u>I/CONAG/CONT/STC:</u> * 2.2 - materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade. <u>Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG</u> <u>I/CONAG/SUBCI/CGDF:</u> * 2.3 - Irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela unidade; * 3.1 - Recebimento indevido de indenização de transporte; * 4.1 - Custos unitários da obra não estão fundamentados na tabela SINAPI; * 4.2 - Ausência de projeto e/ou anotação de responsabilidade técnica; * 4.5 - Projeto básico inconsistente para a contratação de obras e prestação de serviços; * 4.6 - Ausência de parecer jurídico da assessoria técnica da unidade; * 4.7 - Fracionamento da despesa para justificar licitação na modalidade carta convite; * 4.9 - Da contratação conjunta dos serviços artísticos e dos demais serviços de apoio; * 4.10 - Ausência de critérios objetivos para escolha dos artistas a serem contratados; * 4.11 - Inconsistência na comprovação da exclusividade de representação dos artistas; * 4.13 - Ausência de comprovação de interesse público na contratação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

		bandas; e * 4.14 - Irregularidades no relatório do executor sobre a realização/execução do serviço contratado.
--	--	--

90. Ademais, haja vista a inexistência de justificativas quanto à irregularidade elencada no Subitem 4.13 – Ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas, do Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF, do Processo nº 040.000.818/2013, e a gravidade da falha, deve ser determinado à Administração Regional do Guará que, caso não o tenha feito, instaure a devida TCE a fim de apurar os possíveis prejuízos havidos.”

8.

Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas, em conjunto, pelos Srs. Carlos Nogueira da Costa e João Carlos Alves de Oliveira, às fls. 88/19, para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes;

II. julgue as contas anuais dos responsáveis pela Administração Regional do Guará, RA X, no exercício financeiro de 2012:

a) REGULARES, nos termos do art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/1994, combinado com o art. 167, inciso I, do RI/TCDF, as contas dos Srs. Geovane de Freitas Oliveira, Michelle Fonseca Nunes Ferreira Alves e Arnaldo Magalhães dos Santos;

b) IRREGULARES, com base no art. 17, inciso III, alínea “b” e “c”, da LC nº 1/1994, combinado com o art. 167, inciso III, alínea “b” e “c”, da Resolução nº 296/2016, o RI/TCDF, no que tange aos Srs. Carlos Nogueira da Costa e João Carlos Alves de Oliveira, aplicando-lhes a multa prevista no art. 20, parágrafo único, da LC nº 01/1994, em face das irregularidades do:

1) Relatório de Auditoria nº 12/2014-DIRAG I/CONAG/CONT/STC, do Processo nº 040.000.754/2012²³: Subitem 2.2 - Materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade;

2) Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF²⁴, do Processo nº 040.000.818/2013, subitens: 2.3 - Irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela unidade; 3.1 - Recebimento indevido de indenização de

²³ Processo nº 10.703/2012, referente à TCA de 2011 da Jurisdicionada.

²⁴ Fls. 375/396*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

transporte; 4.1 - Custos unitários da obra não estão fundamentados na tabela SINAPI; 4.2 - Ausência de projeto e/ou anotação de responsabilidade técnica; 4.5 - Projeto básico inconsistente para a contratação de obras e prestação de serviços; 4.6 - Ausência de parecer jurídico da assessoria técnica da unidade; 4.7 - Fracionamento da despesa para justificar licitação na modalidade carta convite; 4.9 - Da contratação conjunta dos serviços artísticos e dos demais serviços de apoio; 4.10 - Ausência de critérios objetivos para escolha dos artistas a serem contratados; 4.11 - Inconsistência na comprovação da exclusividade de representação dos artistas; 4.13 - Ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas; e 4.14 - Irregularidades no relatório do executor sobre a realização/execução do serviço contratado.

III. considere quites com o erário distrital, em conformidade com os termos da Decisão Extraordinária Administrativa nº 50/1998 e com o disposto no artigo 24 da Lei Complementar nº 1/1994, os responsáveis nominados no item II.a, em relação aos cargos exercidos durante a gestão do exercício de 2012, objeto desta TCA;

IV. determine à Administração Regional do Guará, caso não o tenha feito, que instaure Tomada de Contas Especial para apurar os possíveis prejuízos havidos na contratação da empresa privada Social Esportiva Maringá, para a comemoração do aniversário da própria empresa, com a subcontratação de 03 bandas, sem motivação e comprovação da existência de interesse público, conforme apurado no Subitem 4.13 – Ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas, do Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF, do Processo nº 040.000.818/2013;

V. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências de praxe.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 408/17 (fls. 163/182), de 17.5.2017, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA diverge, em parte, das sugestões da Unidade Instrutória. Do mencionado Parecer, destaco os seguintes trechos:

“Subitem 2.2 – Materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade, do Relatório de Auditoria 12/2014 –



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

DIRAG I/CONAG/CONT/STC (fls. 90/96)

[...]

Opinião do MPC/DF

15. Aquiescemos à análise do CT, com o acréscimo de que há necessidade de instauração de TCE em razão do prejuízo indicado.

Subitem 1.2 – Contratações priorizando a realização de shows e execução de estruturas para eventos, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fl. 97) [...]

Opinião do MPC/DF

18. Discordamos do posicionamento do CT.

19. A singela justificativa de que seria discricionário o gasto não tem o condão de elidir a irregularidade. A discricionariedade do gestor para realizar eventos, utilizando-se dos critérios de conveniência e oportunidade, não podem se sobrepor ao interesse público, que no presente caso, sequer foi justificado.

20. Observa-se que foram empenhados pela RA-X no exercício de 2012, o montante de R\$ 8.660.023,59 distribuídos em diversas modalidades de licitação. Constatou-se que a Unidade utilizou-se 28% do orçamento, cerca de R\$ 2.477.700,00, com organização de eventos em detrimento de despesas com pequenas obras e serviços necessários à região e, ainda, sem justificativa ou demonstração de interesse público. Cabe aqui trazer excerto do Parecer PGDF 393/2008-PROCAD/PGDF no qual manifestou-se pela necessidade inequívoca da demonstração do interesse público perseguido:

Assim, é dever do gestor de recursos do Estado, tanto ao formular as políticas públicas, como no momento de executá-las, perquirir, caso a caso, no âmbito de suas atribuições institucionais, se a despesa pretendida é a que de fato melhor atende aos anseios da sociedade, aferindo se tal dispêndio guarda razoável relação custo/benefício com os fins almejados.

21. Assim, deve ser imputada irregularidade ao item.

Subitem 2.3 – Irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela Unidade, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 97/104)

[...]

Opinião do MPC/DF

26. Aquiesce à análise do CT, com o acréscimo de determinação de abertura de TCE em razão do prejuízo apontado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

Subitem 3.1 – Recebimento indevido de indenização de transporte, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 104/105)

[...]

Opinião do MPC/DF

31. Concordamos com o exame realizado, com o acréscimo da necessidade de abertura de procedimento tendente a ressarcir o erário pelos valores recebidos indevidamente.

Subitem 4.1 – Custos unitários da obra não estão fundamentados na Tabela SINAPI, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 105/106)

[...]

Opinião do MPC/DF

36. Aquiesce à análise efetuada.

Subitens 4.2 – Ausência de projeto e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica e 4.5 – Projeto básico inconsistente para a contratação de obras e prestação de serviços, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 106/109)

[...]

Opinião do MPC/DF

44. Concordamos com o exame do CT.

Subitem 4.3 – Irregularidades na composição do BDI, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fl. 109)

[...]

Opinião do MPC/DF

48. Diferentemente ao alegado havia manifestações suficientes, tanto do TCDF (Decisão 4364/2005), como da PGDF (Parecer 1194/2009-PROCAD/PGDF), quanto do TCU (Acórdão 325/2007-Plenário), que direcionavam a matéria. Portanto, as justificativas trazidas não elidem a falha indicada.

Subitem 4.6 – Ausência de Parecer Jurídico da Assessoria Técnica da Unidade, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fl. 109/111)

[...]

Opinião do MPC/DF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

51. Aquiesce à análise do CT, uma vez que, coincidentemente, a grande maioria dos processos que não são submetidos ao crivo de órgão jurídico competente apresentam falhas que poderiam ter sido evitadas com a referida manifestação.

Subitem 4.7 – Fracionamento da despesa para justificar Licitação na modalidade Convite, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fl. 111/112)

[...]

Opinião do MPC/DF

57. Concorde com o exame efetuado. Destaca-se que esta situação é comumente encontrada nas Tomadas de Contas das Administrações Regionais. Desta forma, é necessário que o Tribunal combata energeticamente essa reiterada prática, uma vez que atenta contra os princípios da Administração Pública.

Subitens 4.9 – Da contratação conjunta dos serviços artísticos e dos demais serviços de apoio, 4.10 – Ausência de critérios objetivos para escolha dos artistas a serem contratados, 4.11 – Inconsistências na comprovação da exclusividade de representação dos artistas e 4.13 – Ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 112/114)

[...]

Opinião do MPC/DF

65. Aquiesce ao exame do CT, uma vez que os fatos apontados são graves e demonstram o reiterado descumprimento da Lei de Licitações.

Subitem 4.14 – Irregularidades no Relatório do executor sobre a realização/execução do serviço contratado, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 114/115)

[...]

Opinião do MPC/DF

69. Concordamos com o exame do CT.

Subitens 4.16 – Improriedade no controle de permissionários e 5.1 – Ausência de contabilização de receita a receber por uso de área pública, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 116/117 e 115/116, respectivamente)

[...]

Opinião do MPC/DF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

75. *Divergimos do posicionamento do CT.*

76. O fato de a Decisão 5112/2016 ter determinado o encerramento da TCE em relação aos gestores, uma vez que a responsabilidade pelo ressarcimento é exclusiva de terceiros não vinculados à Administração Pública, não retira a responsabilidade daqueles que não tomaram providências para a cobrança das taxas de ocupação.

77. Inclusive, na Informação 17/2016-SECONT/3ª DICONTE, que subsidiou a referida decisão, o CT, naquela oportunidade, foi claro ao indicar que **“os dirigentes da Região Administrativa do Guará sofrerão as consequências por não tomarem medidas no sentido de afastar o inadimplemento dos permissionários, decorrente da falta de pagamentos das taxas de ocupações de logradouros públicos e, ainda, por não fazerem o registro contábil da respectiva receita”**. Isso porque, esse fato é apurado em sede de Tomada de Contas Anual, como é o caso. E, nesses casos, fica claro que os gestores foram omissos em suas atribuições e, com isso, devem ter julgada a questão como irregular.

78. Assim, devem ser consideradas improcedentes as justificativas trazidas, uma vez que não demonstram que providências efetivas foram tomadas para resguardar o patrimônio público.

[...]

CONCLUSÃO do MPC/DF

80. O MPC/DF concorda parcialmente com a análise empreendida conforme acima manifestado.

81. Mostra-se ainda necessário o Tribunal determinar à Administração Regional do Guará, se ainda não o fez:

a) a abertura de Tomada de Contas Especial em razão do prejuízo apontado nos subitens **2.2 – Materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade**, do Relatório de Auditoria nº 12/2014 – DIRAG I/CONAG/CONT/STC e **2.3 – Irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela Unidade**, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF, conforme também indicado na Informação 364/2015 – SECONT/3ª Divisão de Contas, fls. 46-56;

b) a abertura de processo administrativo e/ou TCE para o ressarcimento do recebimento indevido de indenização de transporte indicado no **Subitem 3.1** do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 104/105).

82. E, caso os valores se mostrem abaixo do valor de alçada, adotem procedimentos sumário e econômicos com vistas a reaver o prejuízo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

83. Nesse contexto, o MPC/DF sugere ao Tribunal que:

I. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas, em conjunto, pelos Srs. Carlos Nogueira da Costa e João Carlos Alves de Oliveira, às fls. 88/19, para, no mérito, considerá-las improcedentes;

II. julgue as contas anuais dos responsáveis pela Administração Regional do Guará, RA X, no exercício financeiro de 2012:

a) **REGULARES**, nos termos do art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/1994, combinado com o art. 167, inciso I, do RI/TCDF, as contas dos Srs. Geovane de Freitas Oliveira, Michelle Fonseca Nunes Ferreira Alves e Arnaldo Magalhães dos Santos;

b) **IRREGULARES**, com base no art. 17, inciso III, alínea “b” e “c”, da LC nº 1/1994, combinado com o art. 167, inciso III, alínea “b” e “c”, da Resolução nº 296/2016, o RI/TCDF, no que tange aos Srs. Carlos Nogueira da Costa e João Carlos Alves de Oliveira, aplicando-lhes a multa prevista no art. 20, parágrafo único, da LC nº 01/1994, em face das irregularidades do:

1) Relatório de Auditoria nº 12/2014-DIRAG I/CONAG/CONT/STC, do Processo nº 040.000.754/2012: Subitem 2.2 - Materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade;

2) Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF, do Processo nº 040.000.818/2013, subitens: 1.2 – Contratações priorizando a realização de shows e execução de estruturas para eventos; 2.3 - Irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela unidade; 3.1 - Recebimento indevido de indenização de transporte; 4.1 - Custos unitários da obra não estão fundamentados na tabela SINAPI; 4.2 - Ausência de projeto e/ou anotação de responsabilidade técnica; 4.5 - Projeto básico inconsistente para a contratação de obras e prestação de serviços; 4.6 - Ausência de parecer jurídico da assessoria técnica da unidade; 4.7 - Fracionamento da despesa para justificar licitação na modalidade carta convite; 4.9 - Da contratação conjunta dos serviços artísticos e dos demais serviços de apoio; 4.10 - Ausência de critérios objetivos para escolha dos artistas a serem contratados; 4.11 - Inconsistência na comprovação da exclusividade de representação dos artistas; 4.13 - Ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas; 4.14 -



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

Irregularidades no relatório do executor sobre a realização/execução do serviço contratado; 4.16 – Impropriedade no controle de permissionários e 5.1 – Ausência de contabilização de receita a receber por uso de área pública.

III. *considere quites com o erário distrital, em conformidade com os termos da Decisão Extraordinária Administrativa nº 50/1998 e com o disposto no artigo 24 da Lei Complementar nº 1/1994, os responsáveis nominados no item II.a, em relação aos cargos exercidos durante a gestão do exercício de 2012, objeto desta TCA;*

IV. *determine à Administração Regional do Guará, caso não o tenha feito, que instaure Tomada de Contas Especial para apurar:*

a) os possíveis prejuízos havidos na contratação da empresa privada Social Esportiva Maringá, para a comemoração do aniversário da própria empresa, com a subcontratação de 03 bandas, sem motivação e comprovação da existência de interesse público, conforme apurado no Subitem 4.13 – Ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas, do Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF, do Processo nº 040.000.818/2013;

*b) o prejuízo apontado nos subitens **2.2 – Materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade**, do Relatório de Auditoria nº 12/2014 – DIRAG I/CONAG/CONT/STC e **2.3 – Irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela Unidade**, do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF, conforme também indicado na Informação 364/2015 – SECONT/3ª Divisão de Contas, fls. 46-56.*

V. *determine à Administração Regional do Guará, caso não o tenha feito, que instaure Procedimento Administrativo/Tomada de Contas Especial para o ressarcimento do recebimento indevido de indenização de transporte indicado no **Subitem 3.1** do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 104/105);*

VI. *autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências de praxe.”*

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

VOTO

10. Nesta fase, analisa-se o mérito das razões de justificativa apresentadas, em atenção à Decisão nº 2.221/16-CPM, pelos responsáveis pelas contas anuais da Administração Regional do Guará – RA X, referentes ao exercício de **2012**.

11. Após avaliar as respostas, a Unidade Instrutória sugere:

a) a **regularidade** das contas dos Srs. **Geovane de Freitas Oliveira** (Administrador Regional Substituto, em 31.12.2012), **Arnaldo Magalhães dos Santos** (Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio, nos períodos de 1º.1 a 5.8.2012, 21.8 a 30.9.2012 e 16.10 a 31.12.2012) e da Srª. **Michelle Fonseca Nunes Ferreira Alves** (Diretora de Administração Geral Substituta, nos períodos de 8.2 a 17.2.2012 e 10.12 a 29.12.2012);

b) a **irregularidade** das contas do Sr. **Carlos Nogueira da Costa** (Administrador Regional, no período de 1º.1 a 30.12.2012) e do Sr. **João Carlos Alves de Oliveira** (Diretor de Administração Geral, nos períodos de 1º.1 a 7.2.2012, 18.2 a 9.12.2012, 30.12 a 31.12.2012, e Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio Substituto, nos períodos de 6.8 a 20.8.2012 e 1º.10 a 15.10.2012), em face:

1) da falha apurada no subitem **2.2** (materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade) do Relatório de Auditoria nº 12/2014-DIRAG I/CONAG/CONT/STC;

2) das impropriedades apuradas no Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF: subitens **2.3** (irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela unidade); **3.1** (recebimento indevido de indenização de transporte); **4.1** (custos unitários da obra não estão fundamentados na tabela SINAPI); **4.2** (ausência de projeto e/ou anotação de responsabilização técnica); **4.5** (projeto básico inconsistente para a contratação de obras e prestação de serviços); **4.6** (ausência de parecer jurídico da assessoria técnica da unidade); **4.7** (fracionamento da despesa para justificar licitação na modalidade carta convite); **4.9** (da contratação conjunta dos serviços



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

artísticos e dos demais serviços de apoio); **4.10** (ausência de critérios objetivos para a escolha dos artistas a serem contratados); **4.11** (inconsistência na comprovação da exclusividade de representação dos artistas); **4.13** (ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas); e **4.14** (irregularidades no relatório do executor sobre a realização/execução do serviço contratado).

c) determinação à jurisdicionada para que instaure Tomada de Contas Especial visando à apuração do possível prejuízo decorrente da contratação da associação Social Esportiva Maringá, para a comemoração do aniversário da própria entidade, com a subcontratação de 3 bandas artísticas, conforme subitem **4.13** (ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas) do Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF.

12. O **Parquet** especializado diverge parcialmente da proposta da Instrução, propondo os seguintes ajustes:

a) inclusão dos subitens **1.2** (contratações priorizando a realização de shows e execução de estruturas para eventos), **4.3** (irregularidades na composição de BDI), **4.16** (impropriedade no controle de permissionários) e **5.1** (ausência de contabilização de receita a receber por uso de área pública) do Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF no rol de falhas que ensejam a irregularidade das contas dos Srs. **Carlos Nogueira da Costa** e **João Carlos Alves de Oliveira**;

b) determinação à Administração Regional para que:

1) instaure, adicionalmente, tomada de contas especial para apurar os possíveis prejuízos advindos das seguintes impropriedades:

1.1) subitem **2.2** (materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade) do Relatório de Auditoria nº 12/2014-DIRAG I/CONAG/CONT/STC;

1.2) subitem **2.3** (irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela unidade) do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1



Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG
I/CONAG/SUBCI/CGDF;

2) adote medidas com vistas ao ressarcimento dos valores de que trata o subitem **3.1** (recebimento indevido de indenização de transporte).

13. Passa-se à apreciação da matéria.

14. Observa-se que não há divergências quanto à regularidade plena das contas dos Srs. **Geovane de Freitas Oliveira, Arnaldo Magalhães dos Santos** e da Sr^a. **Michelle Fonseca Nunes Ferreira Alves**.

15. Contudo, em fase anterior, o Corpo Técnico¹ consignou que a ausência de localização de 215 bens, informada no Relatório de Bens Móveis nº 54/2013², deveria ser apostada como **ressalva** às contas do Sr. **Arnaldo Magalhães dos Santos** (Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio, nos períodos de 1º.1 a 5.8.2012, 21.8 a 30.9.2012 e 16.10 a 31.12.2012), o que enseja ajuste à proposta de julgamento relativa ao responsável suso referido.

16. No tocante às falhas objeto dos subitens **4.16** (impropriedade no controle de permissionários) e **5.1** (ausência de contabilização de receita a receber por uso de área pública), esta Corte já determinou, no âmbito do Processo nº 18.252/08³, a adoção de medidas por parte da jurisdicionada objetivando a recuperação dos valores que eventualmente deixaram de ser recebidos, portanto, em harmonia com a Instrução, mostra-se suficiente que figurem como ressalvas. Ademais, este tem sido o posicionamento do e. Plenário em outros processos⁴ de contas anuais.

17. De forma semelhante, o subitem **4.3** (irregularidades na composição de BDI) não tem o condão de macular as contas, pois, afora os argumentos constantes da Informação nº 296/2016-SECONT/3ª DICONTE, a impropriedade foi constatada em um único processo.

18. No que concerne ao subitem **1.2** (contratações priorizando a realização de shows e execução de estruturas para eventos), verifica-se que

¹ Informação nº 364/2015 – SECONT/3ª DICONTE, §§ 4.3.1 e 4.3.2 (fls. 46/56).

² Fls. 262/263 do Processo nº 040.000.818/13.

³ O Processo nº **18.252/08** cuidou de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis prejuízos decorrentes do não recolhimento de taxas de ocupação de áreas públicas por parte da Administração Regional do Guará. Por meio da Decisão nº 5.112/16-CAM, de 6.10.2016, a Corte decidiu **encerrar** as contas especiais, uma vez que a responsabilidade pelo ressarcimento seria exclusiva de terceiros, e determinou o acompanhamento das medidas adotadas pela RA nas futuras contas anuais.

⁴ Nesse sentido, são mencionadas as Decisões nºs 3.814/16-CPM, 4.979/15-CAM, 5.066/16-CAM, 6.017/15-CPM e 3.669/16-CPM.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

não se trata de uma irregularidade, mas de uma ponderação sobre a gestão. Assim, considerando que as despesas estavam vinculadas aos respectivos créditos orçamentários aprovados na Câmara Legislativa do DF, por representantes eleitos pelos cidadãos e que a matéria adentra na discricionariedade dos gestores, o subitem não deve macular as contas, como bem ressaltou o Corpo Técnico.

19. Com relação ao subitem **4.7** (fracionamento da despesa para justificar a licitação na modalidade carta convite), o posicionamento mais recente deste Tribunal (Processos nºs 1.312/11⁵, 3.069/10⁶ e 19.684/11⁷) tem sido no sentido de que, diante a ausência de efetiva identificação de prejuízo em decorrência da contratação em separado, a falha deve ser anotada como ressalva às contas dos responsáveis.

20. Também não restou evidenciado qualquer prejuízo decorrente do subitem **4.14** (irregularidades no relatório do executor sobre a realização/execução do serviço contratado) que versa, majoritariamente, sobre contratação de bandas. O Controle Interno registrou, inclusive, que tais serviços foram atestados no verso das notas fiscais. Portanto, a impropriedade é de natureza formal.

21. Já os subitens **4.9** (da contratação conjunta dos serviços artísticos e dos demais serviços de apoio), **4.10** (ausência de critérios objetivos para a escolha dos artistas a serem contratados) e **4.11** (inconsistência na comprovação da exclusividade na representação dos artistas), como ressaltai em outras ocasiões, abordam **assunto controverso – contratação de bandas e artistas musicais** – amplamente discutido nesta Corte. Em casos semelhantes, tem se deliberado pela aposição de ressalvas às contas dos gestores, conforme Decisões nºs 2.553/14-CPM⁸, 2.901/16-

⁵ Tomada de contas anual – Administração Regional de Ceilândia, referente a 2008.

⁶ Tomada de contas anual – Administração Regional de Taguatinga, referente a 2008.

⁷ Tomada de contas anual – Administração Regional de Taguatinga, referente a 2010.

⁸ **Decisão nº 2.553/14-CPM, de 29.5.2014:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] III – julgar: [...] b) com fundamento [...], regulares, com ressalvas, as contas dos Srs. José Lopes Lima (Administrador Regional, no período de 1 a 31.12.2009) e Nivardo Caetano Vasconcelos (Diretor de Administração Geral, no período de 1.1 a 31.12.2009), em razão das seguintes falhas/impropriedades listadas no Relatório de Auditoria nº 33/11-DIRAG/CONT: **1) subitem 3.1.1 – existência de impropriedades verificadas na contratação de “shows” artísticos por inexistência de licitação;** [...] O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC. Presidiu a sessão a Presidente em exercício, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. [...] Ausente o Senhor Presidente, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____
Proc.: 19.543/13
Rubrica

CPM⁹ e 5.470/16-CPM¹⁰).

22. No que tange ao subitem **4.13** (ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas), o Controle Interno relatou que a Administração Regional, por meio do Processo nº 137.000.447/12, celebrou ajuste com a associação Social Esportiva Maringá, no valor de **R\$ 70.000,00**, objetivando a contratação de bandas artísticas para a comemoração do aniversário da **própria entidade**. Não foi apresentada justificativa para a contratação ou demonstrado o interesse público no desembolso de recursos para o custeio do evento privado. Portanto, a falha é de natureza grave e enseja a irregularidade das contas dos gestores e a instauração de Tomada de Contas Especial para apuração do eventual dano, como sugerem os Pareceres.

23. Também macula as contas dos responsáveis, a falha descrita no subitem **3.1** (recebimento indevido de indenização de transporte), pois não foram apresentadas justificativas para a concessão da indenização a alguns servidores da jurisdicionada em desacordo com as disposições do arts. 1º e 2º¹¹ do Decreto nº 13.447/91 e sem a demonstração dos serviços realizados¹².

⁹ **Decisão nº 2.901/16-CPM, de 7.6.2016:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda a Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu [...] III – julgar: [...] b) com fulcro [...], regulares, com ressalva, as contas: [...] b.3) do Sr. Benedito Augusto Domingos (Administrador Regional, nos períodos de 01.1 a 10.7.2008 e 31.7 a 14.12.2008), em razão [...] e das seguintes impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria nº 83/2009-DIRAG/CONT (fls. 516/545 do processo nº 040.001.224/09): [...] viii) **2.2.1.4 - Realização de evento cultural em desacordo com as normas aplicáveis;** [...] O Conselheiro MÁRCIO MICHEL deixou de atuar nos autos, por força do art. 144, inciso I, do CPC. Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. [...]”

¹⁰ **Decisão nº 5.470/16-CPM, de 20.10.2016:** “O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] III – julgar: [...] c) com fulcro [...], regulares, com ressalva, as contas: [...] **1.3) subitem 5.2 (contratação de artistas por meio de terceiros; 1.4) subitem 5.4 (ausência de documentação comprobatória de reconhecimento pela crítica especializada e pela opinião pública na contratação de artistas);** [...] Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. [...] Ausentes os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO e MÁRCIO MICHEL.”

¹¹ Art. 1º - A Indenização de Transporte, instituída pelo artigo 6º, do Decreto-lei nº 1.544, de 15 de abril de 1977, poderá ser concedida a servidores ocupantes de cargos integrantes das carreiras da Administração Direta e Autárquica do Distrito Federal, cujas atribuições exijam, **sistematicamente, a execução de serviço externo.**

Parágrafo único - A Indenização de Transporte **se destina a indenizar o servidor das despesas que realizar, em decorrência da utilização de meios próprios de locomoção**, para desincumbir-se do serviço externo.

Art. 2º - Considera-se serviço externo, para os efeitos deste Decreto, aquele que obrigue o servidor, no exercício de seu cargo, colocado permanentemente em atividades de **fiscalização, inspeção, auditoria, ou em diligências externas**, a deslocar-se da unidade administrativa em que esteja lotado ou tenha exercício, para desempenhá-las junto a estabelecimentos, firmas, residências, escritórios ou outras entidades congêneres, localizadas na área de jurisdição do órgão a que pertence.

¹² O pagamento decorre **diretamente da quantidade de dias de serviço externo**, de forma que o controle das atividades é **pré-requisito indispensável** para o cálculo e o pagamento da indenização, nos termos do art. 5º do Decreto:

Art. 5º - *Somente fará jus à Indenização de Transporte no seu valor integral, o servidor que, no mês,*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

24. A impropriedade ocorreu nos exercícios de 2011 a 2013 e foi aposta como **irregularidade** das contas dos mesmos gestores, conforme Decisão nº 781/17-CMA, proferida no Processo nº 10.703/12. Ainda no ponto, pertinente o adendo do **Parquet**, para que sejam adotadas medidas objetivando a apuração e a reposição dos valores, em virtude do que dispõe o art. 12¹³ do Decreto nº 13.447/91.

25. Relativo ao subitem **2.2** (materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela unidade) do Relatório de Auditoria nº 12/2014 – DIRAG I/CONAG/CONT/STC, foram constatados **fortes indícios de dano ao erário**, no montante de **R\$ 62.947,27¹⁴** (valor original), em virtude de serviços **pagos e não executados**. O fato enseja a **irregularidade** das contas dos responsáveis e determinação de **instauração de TCE** à jurisdicionada.

26. Entendimento e encaminhamento equivalentes devem ser adotados com relação ao subitem **2.3** (irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela unidade) do Relatório de Auditoria nº 15/2015, pois há um possível dano decorrente de serviços pagos e não executados no âmbito de algumas das obras realizadas no exercício de 2012 (Processos nºs 137.000.350/12, 137.000.626/12 e 137.001.656/12).

27. Quanto às obras suso referidas e outras também sopesam as questões relatadas nos subitens **4.1** (custos unitários da obra não estão fundamentados na tabela SINAPI), **4.2** (ausência de projeto e/ou anotação de responsabilidade técnica), **4.5** (projeto básico inconsistente para a contratação de obras e prestação de serviços) e **4.6** (ausência de parecer jurídico da assessoria técnica da unidade). Destaca-se, no caso da ausência de utilização da tabela SINAPI, o apontamento do Controle Interno de que as obras não apresentavam memórias de cálculo, impossibilitando a verificação da compatibilidade dos valores contratados aos de mercado.

28. Como agravante, as mesmas falhas foram observadas no exercício de 2011 e levaram a irregularidade das contas dos responsáveis, conforme Decisão nº 781/17-CMA e Acórdão nº 44/17. Ademais, as razões de

haja efetivamente realizado serviço externo por, pelo menos, 20 (vinte) dias.

§ 1º - Não poderá ser computado como de exercício, para fins deste artigo, os dias ou períodos em que o servidor se afastar do serviço, inclusive por motivo de férias e licenças.

§ 2º - Ao servidor que, no mês, executar serviço externo em número de dias inferior ao previsto no caput deste artigo, a Indenização de Transporte será devida na razão de 1/20 (um vinte avos) do seu valor integral por dia de realização do serviço.

¹³ Art. 12º - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância dos requisitos estabelecidos neste Decreto, será anulado o ato de concessão da Indenização de Transporte e providenciada a reposição da importância indevidamente paga.

¹⁴ R\$ 34.088,76 relativo ao Processo nº 137.001.022/11 (implantação de alambrado na região do Guará) e R\$ 28.858,51 referente ao Processo nº 137.000.588/11 (urbanização e ajardinamento de praça pública em frente ao conjunto M QE 40 do Guará).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1



justificativa prestadas não trouxeram aos autos qualquer documento adicional apto a desconstituir as impropriedades apuradas.

Por todo o exposto, em concordância parcial com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas, em conjunto, pelos Srs. Carlos Nogueira da Costa e João Carlos Alves Oliveira (fls. 88/119) para, no mérito, considerá-las, parcialmente procedentes;

II. julgue:

a) com fulcro no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1/94, regulares as contas do Sr. **Geovane de Freitas Oliveira** (Administrador Regional Substituto em 31.12.2012) e da Sr^a. **Michelle Fonseca Nunes Ferreira Alves** (Diretora de Administração Geral Substituta, nos períodos de 8.2 a 17.2.2012 e 10.12 a 29.12.2012);

b) com fulcro no art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, regulares com ressalva as contas do Sr. **Arnaldo Magalhães dos Santos** (Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio, nos períodos de 1º.1 a 5.8.2012, 21.8 a 30.9.2012 e 16.10 a 31.12.2012), em razão da ausência de localização de 215 bens da jurisdicionada, conforme consta do Relatório de Bens Móveis nº 54/2013;

c) com fulcro no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 1/94, irregulares, sem imputação de débito, as contas dos Srs. **Carlos Nogueira da Costa** (Administrador Regional, no período de 1º.1 a 30.12.2012) e do Sr. **João Carlos Alves de Oliveira** (Diretor de Administração Geral, nos períodos de 1º.1 a 7.2.2012, 18.2 a 9.12.2012, 30.12 a 31.12.2012, e Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio Substituto, nos períodos de 6.8 a 20.8.2012 e 1º.10 a 15.10.2012), em razão dos seguintes fatos:

1) subitem 2.2 (materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade) do Relatório de Auditoria nº 12/2014 – DIRAG



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

I/CONAG/CONT/STC;

2) apurados no Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF:

2.1) subitem 2.3 (irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela unidade);

2.2) subitem 3.1 (recebimento indevido de indenização de transporte);

2.3) subitem 4.1 (custos unitários da obra não estão fundamentados na tabela SINAPI);

2.4) subitem 4.2 (ausência de projeto e/ou anotação de responsabilidade técnica);

2.5) subitem 4.5 (projeto básico inconsistente para a contratação de obras e prestação de serviços);

2.6) subitem 4.6 (ausência de parecer jurídico da assessoria técnica da unidade);

2.7) subitem 4.13 (ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas).

III. aplique, com fulcro no art. 20, parágrafo único, da Lei Complementar nº 1/94, aos Srs. Carlos Nogueira da Costa e João Carlos Alves de Oliveira a multa individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

IV. notifique os responsáveis nominados no inciso anterior para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham a multa que lhes foi aplicada, autorizando, desde logo, a adoção das medidas previstas no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94;

V. considere quites com o erário distrital, em conformidade com os termos da Decisão Administrativa nº 50/98 e em consonância com o art. 24 da Lei Complementar nº 1/94, os responsáveis nominados no inciso II, alíneas “a” e “b” supra, no tocante ao objeto destas contas anuais;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

VI. determine:

a) nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 1/94, aos responsáveis ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos a adoção das medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes;

b) à Administração Regional do Guará – RA X que, caso ainda não o tenha feito:

1) adote, em cumprimento ao art. 12 do Decreto nº 13.447/91, medidas objetivando a apuração e a reposição dos valores indevidamente recebidos em decorrência da falha apurada no subitem 3.1 (recebimento indevido de indenização de transporte) do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF, assegurando aos agentes beneficiados o direito ao contraditório e à ampla defesa;

2) instaure Tomada de Contas Especial para apurar a responsabilidade e os possíveis prejuízos advindos das seguintes falhas:

2.1) contratação da associação Social Esportiva Maringá para a comemoração do aniversário da própria entidade, com a subcontratação de 3 bandas artísticas, sem motivação ou comprovação do interesse público, conforme apurado no subitem 4.13 do Relatório de Auditoria nº 15/2015-DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF, do Processo nº 040.000.818/13;

2.2) serviços pagos e não executados no âmbito das obras contratadas por meio dos Processos nºs 137.001.022/11 e 137.000.588/11, conforme apurado no subitem 2.2 do Relatório de Auditoria nº 12/2014 – DIRAG I/CONAG/CONT/STC e nos §§ 13/19 da Informação nº 296/2016 – SECONT/3ª DICONTE;

2.3) serviços pagos e não executados no âmbito das obras contratadas por meio dos Processos nºs



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1



137.000.350/12, 137.000.626/12 e
137.001.656/12, conforme apurado no subitem 3.1
do Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG
I/CONAG/SUBCI/CGDF.

VII. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que
submeto à apreciação do egrégio Plenário;

VIII. autorize:

a) o encaminhamento de cópia da decisão que vier a ser
proferida aos responsáveis indicados nos autos, por
meio de seus representantes legais;

b) o encaminhamento de cópia da Informação nº
296/2016 – SECONT/3ª DICONT, deste Relatório/Voto
e da decisão que vier a ser proferida à Administração
Regional do Guará – RA X, para subsidiar o
cumprimento das diligências contidas no inciso VI;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para
adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 18 de julho de 2017.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1



ACÓRDÃO Nº/17

Ementa: Tomada de Contas Anual da Administração Regional do Guará – RA X, referente ao exercício de 2012. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF nº 19.543/13

Apenso nº: 040.000.818/13 (2 volumes)

Nome/Função/Período: **Geovane de Freitas Oliveira** (Administrador Regional Substituto em 31.12.2012) e **Michelle Fonseca Nunes Ferreira Alves** (Diretora de Administração Geral Substituta, nos períodos de 8.2 a 17.2.2012 e 10.12 a 29.12.2012).

Órgão/Entidade: Administração Regional do Guará – RA X

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas – SECONT

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso I, e 24, inciso I, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº de 2017

Presentes os Conselheiros:

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s).....

Representante do MP presente: Procurador(a)

ANILCÉIA LUZIA MACHADO
Presidente

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Fui presente:

Representante do MP



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1



ACÓRDÃO Nº/17

Ementa: Tomada de Contas Anual da Administração Regional do Guará – RA X, referente ao exercício de 2012. Contas julgadas regulares com ressalva. Quitação. Determinações de providências corretivas.

Processo TCDF nº 19.543/13

Apenso nº: 040.000.818/13 (2 volumes)

Nome/Função/Período: Arnaldo Magalhães dos Santos (Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio, nos períodos de 1º.1 a 5.8.2012, 21.8 a 30.9.2012 e 16.10 a 31.12.2012)

Órgão/Entidade: Administração Regional do Guará – RA X

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas – SECONT

Síntese da impropriedade/falha apurada: ausência de localização de 215 bens da jurisdição, conforme consta do Relatório de Bens Móveis nº 54/2013 (fls. 262/263 do Processo nº 040.000.818/13).

Determinações (LC/DF nº 1/94, art. 19): ao responsável, ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, que adote as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas semelhantes nos exercícios subsequentes.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado, com as determinações de providências apontadas, para correção daquela impropriedade/falha identificada.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº de 2017

Presentes os Conselheiros:

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s).....

Representante do MP presente: Procurador(a)

ANILCÉIA LUZIA MACHADO
Presidente

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Fui presente:

Representante do MP



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.: ____

Proc.: 19.543/13

Rubrica

ACÓRDÃO Nº/17

Ementa: Tomada de Contas Anual da Administração Regional do Guará – RA X, referente ao exercício de 2012. Contas julgadas irregulares, sem imputação de débito. Aplicação de multa aos responsáveis.

Processo TCDF nº 19.543/13

Apenso nº: 040.000.818/13 (2 volumes)

Nome/Função/Período: **Carlos Nogueira da Costa** (Administrador Regional, no período de 1º.1 a 30.12.2012) e **João Carlos Alves de Oliveira** (Diretor de Administração Geral, nos períodos de 1º.1 a 7.2.2012, 18.2 a 9.12.2012, 30.12 a 31.12.2012, e Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio Substituto, nos períodos de 6.8 a 20.8.2012 e 1º.10 a 15.10.2012).

Órgão/Entidade: Administração Regional do Guará – RA X

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas – SECONT

Síntese de impropriedades/falhas apuradas:

- 1) Relatório de Auditoria nº 12/2014 – DIRAG I/CONAG/CONT/STC:
 - 1.1) subitem 2.2 (materiais/serviços não localizados em visitas às obras realizadas pela Unidade).
- 2) Relatório de Auditoria nº 15/2015 – DIRAG I/CONAG/SUBCI/CGDF:
 - 2.1) subitem 2.3 (irregularidades observadas em inspeções às obras realizadas pela unidade);
 - 2.2) subitem 3.1 (recebimento indevido de indenização de transporte);
 - 2.3) subitem 4.1 (custos unitários da obra não estão fundamentados na tabela SINAPI);
 - 2.4) subitem 4.2 (ausência de projeto e/ou anotação de responsabilidade técnica);
 - 2.5) subitem 4.5 (projeto básico inconsistente para a contratação de obras e prestação de serviços);
 - 2.6) subitem 4.6 (ausência de parecer jurídico da assessoria técnica da unidade);
 - 2.7) subitem 4.13 (ausência de comprovação de interesse público na contratação de bandas).

Valor individual das multas aplicadas aos responsáveis: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, 20,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1



parágrafo único, e 57, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço e aplicar aos responsáveis as multas acima indicadas, como também determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 24, inciso III, 26 e 29, do mesmo diploma legal.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº de 2017

Presentes os Conselheiros:

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s).....

Representante do MP presente: Procurador(a)

ANILCÉIA LUZIA MACHADO
Presidente

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Fui presente:

Representante do MP

DIGITALIZADO